



1290001472



TCC/UNICAMP P415c



UNICAMP

**Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
IE – Instituto de Economia**

**A Constituição do Estado capitalista tardio**

**- um estudo sobre a constituição do Estado no Brasil na interpretação da  
crítica à economia política da Cepal -**

Andréa Bertelli Peres

Orientador: Prof.º Dr. Plínio de Arruda Sampaio Junior

Campinas - SP, 2004

TCC/UNICAMP  
P415c  
IE/1472

**CEDOC/IE**

*“A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção, e, desse modo, todas as relações sociais.”*

K. Marx e F. Engles, *Manifesto do partido comunista*

## ÍNDICE

### **Introdução.**

**A temática da revolução burguesa no Brasil.....3**

### **Capítulo 1.**

**A problemática da transição capitalista na perspectiva da crítica à economia política da Cepal.....12**

### **Capítulo 2.**

**A constituição do Estado capitalista nas condições do “capitalismo tardio”**

**1. Introdução.....21**

**2. Entre o Estado Oligárquico e o Estado capitalista.....25**

**3. Fundamentos do Estado na última fase da transição capitalista no Brasil.....31**

**4. As especificidades de um Estado de transição tardio.....37**

### **Conclusão.**

**Rumos e Metamorfoses do Estado brasileiro em constituição.....45**

## Introdução.

### A temática da revolução burguesa no Brasil modernizado

A formação e o desenvolvimento capitalista numa sociedade envolvem mais que processos estritamente econômicos, ou seja, não se expressam apenas na mercantilização da produção e na constituição das forças produtivas industriais. Afinal, se as mudanças na organização e composição da base produtiva fundamentam-se em rearranjos ou novas configurações das relações sociais, então, a esfera material não existe desconexa das outras esferas da vida social e não se transforma independentemente de transformações, de maior ou menor intensidade, nas demais. Por um lado, isso significa que os condicionantes da *transição capitalista* são materiais e também políticos, sociais e psicoculturais; mas, por outro, quer ainda dizer que o próprio desenvolvimento capitalista engendra novas formas de organização da sociedade. Desta perspectiva ampla, *a transição capitalista* mostra-se como um movimento revolucionário, pois significa a absorção e/ou desenvolvimento das relações e formas de vida as quais chamamos modernas. Essa revolução caracteriza a revolução burguesa.

O entendimento dessa questão, no entanto, não é simples. No Brasil, mesmo a periodização incita controvérsia entre os que se dedicaram ao tema, pois não há consenso sobre o fato que marca a nossa revolução burguesa ou as fases que a delimitam. Alguns a identificam no momento da passagem do século XIX para o XX, com a abolição, a imigração, a Proclamação da República. Já outros a buscam na Revolução de 1930, na fase de industrialização que aí se inicia ou a delimitam enfatizando o Golpe de 1964. Mas ainda, por fim, há também quem considere o período posterior, pondo nota na consolidação do capital financeiro e a reconquista da democracia.<sup>1</sup> O único consenso é que todos esses

---

<sup>1</sup> Por exemplo, Del Roio, identifica-a entre os anos 1920 e 1970. Cf. Del Roio, M. "Teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo". *in*: J.Q.Moraes e M.Del Roio (organizadores). *História do marxismo no Brasil (visões do Brasil)*, vol.4. Campinas: Unicamp, 2000. Já o estudo de Sônia Draibe, foco principal deste trabalho, identifica o período de 1930 a 1964 como a última fase da transição capitalista no Brasil e, propriamente, a fase da revolução burguesa no Brasil. Cf. Draibe, S. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 19030- 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Uma interpretação divergente é defendida por Décio Saes que considera a revolução entre a abolição e a instauração do governo da República Velha. Cf. Saes, D. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

momentos marcam transformações significativas no processo de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira e do capitalismo no Brasil, em especial, na relação Estado-sociedade.

Sem dúvida, uma grande dificuldade às análises, ainda que não a única, talvez nem a principal, é que muitas delas são contemporâneas dos acontecimentos e movimentos que interpretaram. Após o Golpe militar de 1964, ou mais precisamente, tendo em vista os traços da nova organização política e social que se define e consolida a partir de então, as transformações vividas no Brasil de pós-1930 puderam ser tomadas em conjunto e apreendidas dessa perspectiva, quer dizer, pelo sentido histórico mais amplo do processo do qual participavam. Enfatizando ora o progresso social vindo com tais transformações, ora o autoritarismo ou ‘conservadorismo’ que permeou a modernização dos costumes, produtos, instituições, idealizações e práticas componentes da vida dos brasileiros, muitos estudos, desde então, buscaram revisar os anteriores.<sup>2</sup>

Uma destas vertentes críticas originou a uma série de novas questões e propostas de periodização à história do país. As análises que a compõem, apesar das diferenças teóricas e políticas que as separam e contrapõem seus desdobramentos, convergem no ponto de partida, qual seja, a idéia do Brasil como um país cuja colonização teve por função atender aos interesses de exploração das economias centrais e que, por isso, fez-se delas dependente.<sup>3</sup> Com isso, sustentam uma crítica a duas teses antes muito aceitas: uma, a de

---

De forma geral, Ianni coloca: “Não há muito acordo sobre as principais marcas da periodização (da Revolução Burguesa), mas há algum consenso sobre a época que abarca. A abolição da escravatura, a queda do regime monárquico, a imigração de braços para a lavoura, o predomínio do fazendeiro de café, o desenvolvimento capitalista e outros desdobramentos da história brasileira ajudam a delimitar a época da revolução”, p.28. Sobre outras propostas de periodização e interpretação da Revolução Burguesa no Brasil, consultar este ensaio: Ianni, Otávio. *O ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985, cap.1, itens 4,5 e 6. E ainda, do mesmo autor, *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, primeira parte.

<sup>2</sup> Sobre o desenvolvimento desta temática – a da revolução burguesa - e da idéia de revolução no pensamento marxista (especialmente no pensamento de N. W. Sodré, C. Prado e F. Fernandes), cf. Del Roio, M. *op. cit.* Para questões mais específicas envolvidas nessa temática geral, cf. Ianni, Otávio. *op. cit.* Sobre o desenvolvimento das teses da dualidade e a crítica marxista, ver: Cardoso, F.H. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Rio de Janeiro e São Paulo: Difel/Difusão editorial S.A, 1977, cap. 2.

<sup>3</sup> Particularmente no pensamento marxista, de acordo com Del Roio, essa crítica teve duas origens: uma delas, a qual este autor denominou ‘marxismo de cátedra’, estava ligada às idéias da ‘teoria da dependência’ e ao ‘populismo’ e são emblematicamente representadas pelos trabalhos de Fernando H.Cardoso; a segunda, chamada de ‘marxismo de esquerda’, teve por influência principal os trabalhos de Celso Furtado e Caio Prado, a partir dos quais defendeu, entre suas principais idéias, a inexistência de uma burguesia revolucionária no Brasil, a tendência   estagna o econômica e, principalmente, o antiimperialismo. Ainda segundo Del Roi, a primeira destas fontes desdobrou-se em dois posicionamentos com respeito   questão nacional: “Hoje   perceptível que a matriz da ‘teoria da dependência, desenvolvida pelo ‘marxismo de cátedra, desdobrou-se

que a sociedade brasileira carrega traços de um passado ‘feudal’; outra, de que a burguesia industrial emergente no Brasil seria antiimperialista. Em outras palavras, entendem que o país foi formado a partir da ordem capitalista global como periferia do sistema e que a burguesia no Brasil, por fatores estruturais ou políticos, está associada aos interesses externos. Uma releitura que, ainda não seja consensual, é atualmente bastante difundida, pois embasa muitos dos estudos que se dedicaram a explicar o desenvolvimento da sociedade brasileira e fundaram as principais interpretações da idéia de progresso e modernidade no Brasil contemporâneo.

Nesse sentido, destacam-se as interpretações que, originárias ou derivadas desta crítica, identificam a fase da revolução burguesa no país entre fins dos anos 1920 e meadas dos 1960.<sup>4</sup> De fato, os anos que separam a Revolução de 1930 do Golpe militar de 1964, delimitam uma etapa de substantiva transformação da sociedade brasileira, de mudanças profundas em todas as esferas da vida social: econômica, social, política e cultural. Enfim, ao longo de pouco mais de três décadas, o país se moderniza; e isso apesar da permanência de agudas diferenças sociais e regionais, as quais, diga-se de passagem, talvez tenham aumentado e ficado ainda mais visíveis.

Ao longo destas décadas, a base econômica desenvolveu-se a partir de uma estrutura produtiva primordialmente agrícola e estritamente vinculada e dependente do comércio externo no sentido da industrialização. Nesse período de tempo relativamente curto, as formas de produção se alteraram qualitativamente, marcando um ‘salto’ tecnológico, pois, ao passo em que se redefiniam os vínculos, políticos e econômicos, do país com o exterior, foram assimiladas as forças produtivas essenciais do padrão da II Revolução Industrial.<sup>5</sup> Internamente, a partir daí - da difusão e do aprofundamento das relações sociais que engendraram o desenvolvimento deste outro modo de acumulação, como da conseqüente intensificação da urbanização-, a estrutura social tornou-se mais diversificada, e mais

---

simplificadamente, em duas vertentes: a primeira, na qual se enquadram Florestan Fernandes e algumas facções políticas de esquerda marxista, que não vêem outra saída para a crise brasileira que não seja a revolução socialista; e outra, na qual se encaixa Fernando H. Cardoso e largas faixas da intelectualidade liberal democrática, que julga ser a dependência algo inelutável”. cf. Del Roio, M. *op. cit.*, p. 109.

<sup>4</sup> Dentre os principais autores que adotam essa periodização podemos citar Florestan Fernandes, Sônia Draibe, Luciano Martins, Fernando Henrique Cardoso.

<sup>5</sup> Sobre a industrialização no Brasil, cf., por exemplo, Furtado, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987. e Cardoso de Mello, J.M. *O capitalismo tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas: Unicamp. IE, 1998. (30 Anos de economia – UNICAMP, 4).

diferenciados os interesses. Como expressão desta crescente dinamização e maior complexidade sociais, houve com frequência momentos de intensa mobilização dos vários grupos e das classes, os quais disputaram espaço nas decisões políticas e pressionaram para o alargamento dos meios de participação levantando ‘novas’ e ‘velhas’ demandas, inclusive algumas das reivindicações sociais de grupos antes completamente excluídos.

Já desde o movimento revolucionário de 1930, são colocadas em pauta demandas que se acumularam ao longo das duas primeiras décadas do século: além das reivindicações políticas dos militares, também as dos grupos urbanos por mudanças no sistema eleitoral - como a implantação do voto secreto e da participação proporcional-, e por reformas sociais - principalmente ligadas aos direitos trabalhistas. Ainda após, as agitações sociais e políticas continuaram: em oposição a Revolução de 1930, houve a constitucionalista liderada pelas elites paulistas em 1932; o breve período constitucional (1934-36) é marcado por acirradas disputas políticas entre o movimento integralista (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora, os quais, é importante notar, representam uma novidade pela abrangência social e alcance nacional que conquistaram. Em seqüência, a mobilização popular aparece como presença importante e característica no jogo político; isso desde o período da Estado Novo, mas, principalmente, no pós-guerra, quando a democracia é reconquistada e, progressivamente, as disputas partidárias e ideológicas ficam mais intensas, os movimentos e agremiações dos setores populares tornam-se mais representativos e adquirem maior autonomia. São representativos deste momento, os movimentos grevistas liderados pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), os nacionalistas e desenvolvimentistas representativos do pensamento da Cepal e dos estudos do Instituto sócio-econômico de estudos brasileiros (ISEB), também os projetos culturais e debates estudantis concentrados na UNE e, muito notadamente, o movimento das Ligas Camponesas. No final da década de 1950, o conjunto dessa efervescência sócio-cultural e política conquista espaço no debate público para temas antes ‘proibidos’, dos quais a reforma agrária é o maior exemplo. Contudo, tomando em conta o período como um todo, é possível dizer que a participação política da grande maioria da população foi admitida apenas dentro de limites um tanto quanto estreitos e, certamente, que a grande desigualdade sócio-econômica foi conservada sem alteração.

O autoritarismo e o corporativismo característicos do Estado Novo são as evidências mais claras destes limites estritos que restringiram a expressão e a incorporação da grande maioria da população. E estes limites, ainda que já mais flexíveis, alcançaram o período democrático do pós II Guerra: sobreviveram pela rigidez da estrutura agrária, bem como no corporativismo que persistiu sendo base da relação entre os diversos setores e classes sociais e que, assim, serviu como forma de regular e discriminar o acesso aos serviços sociais públicos e aos meios de representação política.<sup>6</sup> De uma perspectiva mais ampla, portanto, constituíram restrições na própria estruturação da relação Estado-sociedade. Nesse sentido, a consolidação dos direitos trabalhistas (CLT), em 1943, é o exemplo mais elucidativo e mais citado, pois ainda que seja um marco do desenvolvimento da cidadania e expresse uma forma de incorporação das reivindicações da classe operária urbana, é também sempre vista com ressalvas pelo caráter autoritário ou ‘populista’ e, certamente, restrito e discriminatório que permeou sua implantação e lhe caracterizou de fato. É notório, que essa legislação não tenha, até 1964, abarcado nem mesmo todos os trabalhadores urbanos, já que excluiu os autônomos e domésticos, além do que a Constituição de 1946 não reconheceu o direito à greve. De qualquer forma, a mobilização popular existiu, como também a organização e manifestação de grupos politicamente mais fortes e ideologicamente mais bem fundamentados, e isso tornou mais complexo o jogo político e exigiu mecanismos de dominação mais abrangentes, pelo menos.

É um dos pontos mais destacados das análises políticas sobre o período, o fortalecimento do poder de Estado verificado após 1930 e, principalmente, após 1937. A centralização das decisões mais gerais em instâncias federais e a crescente abrangência destas decisões são expressão evidente de tal fortalecimento, uma vez que significaram um acesso mais restrito e menos determinante dos governos subnacionais às diretrizes da política nacional. Nesse sentido, se destaca a constituição de uma institucionalidade jurídico-política mais densa e de quadros e mecanismos burocrático-administrativos mais elaborados, os quais possibilitaram concretizar a maior abrangência e capacidade

---

<sup>6</sup> Aqui a referência é a expressão “cidadania regulada”, cunhada por Wanderley dos Santos. Sobre a conquista dos direitos sociais, avalia José Murilo de Carvalho: “O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua

intervencionista deste poder. Por exemplo, são reforçados os meios para, e consolidado o monopólio sobre o uso da violência, surgem outras formas de conformação ideológica e de controle da informação, bem como novas instituições e órgãos de regulação social, ou ainda mecanismos de política e intervenção econômica que garantiram a expansão da base fiscal, um maior controle da moeda e mesmo a participação direta do Estado nas atividades produtivas.<sup>7</sup> Segundo Diniz, as análises sobre o Estado Novo, por mais variados sejam o enfoque e as diretrizes teóricas dos autores, “coincidem na ênfase ao caráter centralizado e monolítico do Estado brasileiro durante esse período de sua história política, configurando-se as condições favoráveis a um alto grau de autonomia em suas relações com a sociedade”.<sup>8</sup> Ademais, de forma geral, seja nas interpretações políticas do período de 1930-60 como um todo ou naquelas que se restringem à fase democrática, o processo de centralização das decisões através da expansão e complexificação do aparato burocrático-administrativo, o crescente intervencionismo permitido por este aparelho e, principalmente, a autonomia do poder de Estado, são questões centrais. Enfim, o que está em nota é que a partir de 1930, e crescentemente, o Estado aumentou sua esfera de controle e ação, portanto, sua capacidade de garantir a maior coesão e ordem social, de modo que, também, mais consistente e legitimamente apresentou-se e foi identificado como ‘porta-voz da Nação’.

Disso tudo é mais importante ressaltar aqui, porém, que todas essas transformações e movimentações, já significativas mesmo se as considerarmos apenas no âmbito mais restrito em que acontecem, adquirem um sentido maior e especial quando analisadas em conjunto e à luz da temática da revolução burguesa. Afinal, como sintetiza Ianni, nesse

---

contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa”. Carvalho, J.M. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004, p. 110.

<sup>7</sup> Para exemplificar com um pouco mais de detalhes, a maior centralização e unificação do aparelho repressivo são expressivamente evidentes com a consolidação do Exército como legítimo monopolizador da violência e a maior subordinação das polícias locais às instâncias centrais. Já, sobre as formas de conformação ideológica da nacionalidade, destacam-se a competência atribuída a União, pela Carta de 1934, sobre o plano nacional de educação, sua fiscalização e coordenação, ou ainda a criação de um Ministério exclusivo para a Cultura, em 1953. Ainda, também é relevante o poder estatal sobre a concessão dos meios de comunicação e o uso dos mesmos com o objetivo mais explícito de promover a integração e a solidificação da identidade nacional, por exemplo, com a criação da “Hora do Brasil”. Sobre a constituição do aparelho-burocrático econômico e social confira os estudos de Sônia Draibe, que os analisam de forma detalhada. Respectivamente, Draibe, S. *op. cit.* e Draibe, S. e Aureliano, L. “A especificidade do Welfare State Brasileiro”. in: *BRASIL Economia e Desenvolvimento*, nº 3, vol. I. Reflexões sobre a natureza do bem-estar. Brasília: MPS/CEPAL, 1989.

período atravessamos “a crise da transição para uma sociedade na qual o capital e a burguesia industriais acabaram por conquistar a hegemonia econômica e política, impondo o seu mando e a sua maneira de ver sobre as outras classes sociais”.<sup>9</sup>

Nesse sentido, a questão essencial que perpassa todas aquelas interpretações que se dedicaram a interpretar este período importante da história brasileira é compreender como se inter-relacionam transformações econômicas e relações sócio-políticas num país de passado colonial e dependente ou, para melhor esclarecer, como se ligam industrialização e lutas de classes, de que forma estas lutas refletem sobre o sistema político e o Estado e são também por eles alteradas quando há interesses imperialistas em jogo. Em outras palavras, o problema maior é identificar o que determina e conforma a mudança social no Brasil, ou ainda, numa expressão, qual o padrão obedecido pelo conjunto destas transformações e que conduziu a uma forma *específica* de transição capitalista e desenvolvimento social. Contudo, o entendimento deste problema amplo, exige a explicação e questões mais particulares com relação ao período tratado, dentre as quais o significado da Revolução de 1930 e o caráter do Estado constituído a partir de então foram bastante controversas, e são inter-relacionadas.

Sobre a primeira delas, o significado da Revolução de 1930, é geralmente aceita a idéia de “uma situação de crise de hegemonia em que os diferentes setores da classe dominante são incapazes de controlar a máquina política, criando-se, assim, condições favoráveis à formação de um Estado forte”.<sup>10</sup> Contudo, há muito mais polêmica sobre o que explica esta crise e como ela se resolve, exatamente porque tal resposta depende da forma como é vista a mudança social, ou enfim, do arcabouço teórico-analítico adotado e do posicionamento político dos autores. Sobre o ponto em discussão, a diferença está na ênfase das interpretações, se mais às mudanças ou às continuidades, ou melhor dizendo, o problema é se houve ou não rupturas fundamentais entre os períodos separados pela Revolução.<sup>11</sup> E destas mudanças, a relação Estado-sociedade é a questão central, porque

---

<sup>8</sup> Diniz, E. “O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes” - cap. 2, p. 80. in: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano - vol. 3º: sociedade e política (1930-1964). Boris Fausto (coordenação).

<sup>9</sup> Ianni, O. *Sociologia ...*, p. 23.

<sup>10</sup> Diniz, E. *op. cit.*, p. 84.

<sup>11</sup> Idem, p. 87. Segundo esta autora entende o debate em questão, “A discussão em torno do domínio da permanência ou da mudança, da conservação ou da renovação decorre da construção de que a demolição da velha ordem se fãria nos marcos de um processo de ‘modernização conservadora’, vale dizer, sem qualquer

permite analisar, de um lado, qual a base social deste poder; d'outro, quanto pôde ele agir à frente dos interesses dominantes mais imediatos, quer dizer, quanto sua ação foi autônoma em relação às forças sociais que o fundamentaram e, no caso específico, como interveio sobre as condições que engendraram a transição capitalista no Brasil.

Sônia Draibe entende que a Revolução é um marco na história do país, pois, pondo em foco a questão do Estado, de sua constituição e suas especificidades, enfatiza os 'novos contornos' que a sociedade brasileira começa a adquirir após 1930. Mais precisamente, a autora adota a Revolução de 1930 como marco inicial de um período que, terminado com o Golpe de 1964, compreenderia os processos característicos da revolução burguesa no Brasil, ou seja, aqueles que marcariam o final da transição capitalista aqui. A partir deste entendimento, Sônia Draibe conclui, em *Rumos e Metamorfoses*, uma análise da constituição do Estado capitalista no Brasil e, mais amplamente, completa a interpretação iniciada n' *O capitalismo tardio* sobre o processo de transição capitalista no Brasil.

Esta monografia preocupa-se em entender como Sônia Draibe concebeu o Estado brasileiro nesta fase de transição capitalista. Nesse sentido, a leitura aqui feita pretendeu esclarecer qual a noção de Estado que sustenta a análise da autora; como ela entende a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964; como contrapõe o Estado nascido em 1930 e aquele que o antecedeu; e como sua análise identifica e caracteriza as bases econômica, social e ideológica que fundamentaram o Estado brasileiro entre 1930 e 1960. Deve-se esclarecer, portanto, que não foi o objetivo detalhar sobre as fases em que a autora subdivide o processo de constituição do Estado, ou sobre como interpreta os fatos políticos e

---

reformulação substancial da estrutura econômico-social preexistente". Luciano Martins é um dos autores mais lembrados dentre os que enfatizam as 'permanências' quando compara a ordem social vigente no período da Primeira República e os desdobramentos do movimento revolucionário. Na verdade, identifica a Revolução de 1930 como a expressão de um padrão de desenvolvimento conservador, mais precisamente, das formas de 'resolução de conflitos' próprias deste padrão: "um caso típico de negociação entre elites", quando tomada por um episódio político; e uma "luta de classes preventiva" que se resolve autoritariamente apenas com o Estado Novo em 1937, se vista como processo. De forma mais geral, seu estudo sobre as décadas de 1920 a 1960 teve a preocupação principal de entender como e porque os privilégios sociais e o autoritarismo persistiram na sociedade brasileira ao longo desse período que foi também de acelerada industrialização e tornou-se conhecido por concluir que a assimetria entre as transformações econômicas e políticas é um traço característico do padrão de modernização brasileiro: uma "modernização conservadora". Para o trabalho deste autor sobre o período, ver: *Pouvoir et Développement Économique – formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: éditions anthropos, 1976. Especificamente sobre a Revolução de 1930, cf. "A Revolução de 1930 e seu significado Político", in: *A Revolução de 1930: Seminário Internacional*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1984. Para visão diferente sobre a Revolução de 1930, ver: Weffort, F.C. "O populismo na política brasileira". In: C. Furtado (Org.). *Brasil – tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Ainda Fausto, B. *A revolução de 1930 (história e historiografia)*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

econômicos que marcam estes sub-períodos. O enfoque principal está mais na interpretação teórica das questões do que no levantamento histórico, o que não implica que esta leitura desconsidere, pela própria natureza do problema e perspectiva da autora, que o desenvolvimento capitalista no Brasil trata-se de processo específico, ao contrário. Inclusive, para apreender melhor o problema desta perspectiva, ou seja, do movimento histórico mais amplo que põe em debate os condicionantes e desdobramentos das transformações compreendidas no período, procuramos também relacionar as referidas análises.

Para tanto, o presente trabalho monográfico se divide mais três seções, além desta introdução. A primeira tem como objetivo apresentar a temática da transição capitalista no Brasil segundo a perspectiva analítica da crítica à economia política da Cepal. A seguinte está subdividida em quatro partes e trás uma leitura detalhada da análise de Sônia Draibe. Por fim, na conclusão, pretendemos relacionar mais diretamente as análises d'*O capitalismo tardio* e de *Rumos e Metamorfoses*.

## Capítulo 1.

### A problemática da transição capitalista na perspectiva da crítica à economia política da Cepal

Sônia Draibe, em *Rumos e metamorfoses*, sintetiza a interpretação da crítica à economia política da Cepal sobre a revolução burguesa no Brasil. No cerne desta crítica, está a proposição de uma nova problemática: “a problemática da formação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina”.<sup>12</sup> Apresentada n’*O capitalismo tardio*, por Cardoso de Mello, como alternativa à questão chave do pensamento cepalino - a da formação da Nação-, a nova problemática entende que o sentido do desenvolvimento das economias latino-americanas é o de um desenvolvimento capitalista, contudo, “específico, porque realizado numa ‘situação periférica nacional’”.<sup>13</sup> Mais precisamente, o pressuposto fundamental é que este desenvolvimento já acontece numa situação nacional, mas é particular, pois engendrado em condições nas quais se constitui e consolida um capitalismo específico, o capitalismo tardio. Implícita a essa proposição surge uma nova perspectiva analítica à interpretação da história dos países latino-americanos, qual seja: “a idéia que a dinâmica social latino-americana é determinada, em primeira instância, por ‘fatores internos’ e, em última instância, por ‘fatores externos’, a partir do momento em que se estabelece o Estado Nacional”.<sup>14</sup> Em resumo, a crítica à economia política da Cepal inaugura um esforço de reinterpretação que toma a análise do movimento de acumulação interno ao país como diretriz dos estudos e critério de periodização,

---

<sup>12</sup> Cardoso de Mello, J.M. *op. cit.*, p. 26.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*. Sobre o que, Cardoso de Mello explica: “(...), a queda de um dos elementos da economia colonial, o binômio monopólio de comércio/dominação política metropolitana, abriria inteiramente os mercados latino-americanos ao capital inglês; porém, com o conseqüente nascer do Estado nacional, a história latino-americana deixa de ser reflexa, e o industrialismo livre-cambista pode, no máximo, assestar baterias contra o tráfico negreiro e usar de toda a sorte de pressões, mas é impotente para fazer valer por si próprios seus objetivos”, p.49. Trabalhando basicamente a partir dos mesmos pressupostos analíticos, Lessa e Dain não deixam dúvidas sobre a questão: “Quais são os atributos desse Estado? Cremos que primeiramente é necessário afirmar que é nacional. E aqui devemos ser claros sobre esta convicção. A constituição dos Estados nacionais latino-americanos é um episódio conseqüente da nova ordem internacional constituída pela revolução industrial e sob a hegemonia inglesa. Todos concordam com esse ponto”, cf. Lessa, C. e S. Dain. “Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento”. In: *Desenvolvimento capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise*. L.G.M. Belluzzo e R.Coutinho (organizadores). Campinas: Unicamp, 1998, vol.1, p. 254 e 255.

objetivando identificar nesse movimento suas características próprias, isto é, aquelas que definem a especificidade do desenvolvimento tardio.<sup>15</sup>

Na verdade, o conceito de capitalismo tardio tem por base a idéia que os processos particulares de formação e desenvolvimento capitalista apresentam não só as características comuns a todo e qualquer desenvolvimento capitalista, como também as específicas de seu próprio movimento e momento histórico. Então, estas especificidades são fundamentais porque consistem em determinantes e possibilidades que diferenciam e, portanto, definem padrões de desenvolvimento capitalista.<sup>16</sup> Ainda, mais exatamente, estão complexamente determinadas: em primeira instância, pelo ponto de partida – o movimento interno de acumulação do capital que engendra em si as pré-condições para as transformações sociais; e, em última instância, pelo desenvolvimento do capitalismo global - o momento histórico em que essas transformações se processam. Desde já, portanto, a questão da transição capitalista aparece como um problema central. Afinal, compreender o momento dessa transição e as fases em que se subdivide é pré-requisito para identificar tais características específicas que definem um dado padrão de desenvolvimento, como ainda também as particularidades que explicam um caso concreto.

Numa visão genérica e bem sintética, pode-se dizer que essa transição engloba a formação do modo de produção e das estruturas de poder tipicamente capitalistas, além do processo de conquista do poder pela burguesia que, em outras palavras, significa a conquista de uma posição politicamente dominante no campo da luta de classes. Por exemplo, Poulantzas delimita o processo de transição nas sociedades de passado feudal da seguinte maneira: *“Após a elevação da burguesia ao poder político – o que não implica necessariamente a sua hegemonia política-, a transição continuará até a consolidação do modo de produção capitalista e até o início da fase de reprodução alargada”*.<sup>17</sup> Contudo, essa delimitação não pode ser empregada aos casos de transição tardia, pois, nos termos em que até agora apresentamos os problemas, as especificidades do capitalismo na América Latina, ou mais particularmente, no Brasil, estão diretamente ligadas aos condicionantes, ao

---

<sup>15</sup> Consultar, Cardoso de Mello, J.M. *op.cit.*, principalmente, conclusão e introdução. E Draibe, S. *op.cit.*, p. 11.

<sup>16</sup> A utilização do termo ‘padrão de desenvolvimento capitalista’ faz referência aos momentos ou padrões de industrialização teoricamente identificados por Barbosa de Oliveira. Para esclarecer: industrialização originária, industrialização atrasada e industrialização tardia. Cf. Oliveira, C.A.B. *O processo de Industrialização - Do capitalismo primário ao atrasado*. Campinas: UNICAMP (mimeo), 1985.

<sup>17</sup> Poulantzas, N. *Poder Político e Classes Sociais*, São Paulo, Martins Fontes, 1977, p. 163.

tempo e à forma desta transição específica. Portanto, estes são pontos de fundamental importância para a compreensão daquela nova problemática.

Em resumo, as especificidades da transição tardia estão complexamente determinadas: de um lado, pelo o ponto de partida, ou seja, o passado colonial e a possibilidade de uma industrialização que se inicia posteriormente a dominância do modo de produção capitalista; de outro, pelo momento histórico, isto é, as implicações da dinâmica do capitalismo global sobre as economias retardatárias, o que melhor se expressa pelas condições que caracterizam a relação entre uma economia que se industrializa na fase monopolista e as centrais, já desenvolvidas. Como então conclui o autor, “*a História brasileira e latino-americana é a História do capitalismo e, simultaneamente, a História do nosso capitalismo*”.<sup>18</sup>

De forma mais concreta, essas idéias expressam-se na periodização utilizada em *O Capitalismo tardio* à interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro. Opondo-se à contraposição cepalina - economia colonial/ economia nacional-, Cardoso de Mello sustenta que a abolição da escravatura marcou o nascimento do modo de produção capitalista no Brasil, ainda que esse momento tenha sido apenas o início da transição capitalista. Segundo sua argumentação, o ponto é que, desde então, o modo de produção capitalista já é dominante, contudo, não logrou engendrar, a partir de sua formação, as condições para o desenvolvimento da dinâmica de acumulação tipicamente capitalista, como aconteceu no caso da transição capitalista das economias centrais. Resumindo, não se constituíram as forças produtivas capitalistas necessárias para que a reprodução ampliada do capital estivesse assegurada endogenamente no país e, por isso, mesmo que o modo de produção capitalista seja já dominante esse é um momento de transição capitalista. Como mais precisamente avalia Sônia Draibe, “*É a heterogeneidade desta fase que permite caracterizá-la como uma estrutura de transição: sob a dominância do capital mercantil, nela convivem as mais diversas formas de organização da produção e distintas relações de produção*”.<sup>19</sup>

Para melhor especificar, o modo de produção capitalista só pode tornar-se dominante sem que o fosse o capital industrial, porque, na economia brasileira de base

---

<sup>18</sup> Cardoso de Mello, J.M. *op. cit.*, p.186.

<sup>19</sup> Draibe, S. *op. cit.*, p.12.

agrário-exportadora, diversas formas de capital, inclusive o industrial, coexistiram sob a hegemonia do capital comercial, o qual estava fundamentalmente ligado às atividades primário-exportadoras e se desenvolvia a partir delas. Portanto, essa é a especificidade que caracteriza o momento inaugural da transição tardia e, como tal, está complexamente determinado. Em primeira instância, cabe destacar que, nesse momento, o modo de produção capitalista é dominante porque a hegemonia de uma certa fração do capital já se estabeleceu e, portanto, uma certa facção burguesia já ocupa a posição dominante na sociedade, ainda que não seja, por certo, a burguesia industrial. Em última, as condições que engendraram esse descompasso, entre, o domínio de uma forma de capital e a constituição de forças produtivas capitalistas, só podem ser completamente compreendidas, e seus desdobramentos avaliados, tendo em vista as relações do país com as economias capitalistas já consolidadas, quero dizer, quando consideramos que, como diz Cardoso de Mello, “*isso somente foi possível porque a produção capitalista era exportada*”.<sup>20</sup>

Disso, o que importa notar é que tal particular descompasso constitui uma das mais significativas especificidades da transição capitalista tardia, pois exatamente é o que define a industrialização como a questão chave desta problemática na leitura d’*O capitalismo tardio*. Nos termos de Cardoso de Mello, “*A problemática da transição é a problemática da industrialização capitalista na América Latina, porque a revolução das forças produtivas, quer dizer, a industrialização, se dá sob a dominação do capital. (...) A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção*”.<sup>21</sup>

Desta perspectiva, devemos considerar a economia primário-exportadora não apenas como momento inaugural da fase da transição capitalista tardia, mas também como a base a partir da qual se desenvolve a acumulação tipicamente capitalista, ou seja, a partir de onde surge o capital industrial. Com relação ao caso brasileiro, é neste momento que se forma e se consolida esta fração do capital; mais precisamente, a partir do complexo exportador cafeeiro, o único complexo exportador em que se estabeleceu um sistema de reprodução ampliada e que, portanto, criou-se um dinamismo tal que, permitindo-lhe

---

<sup>20</sup> Cardoso de Mello, J.M. *op. cit.*, p. 102.

<sup>21</sup> Idem, p. 102 e 103.

diversificar-se internamente, engendrou os pré-requisitos da fase seguinte da transição.<sup>22</sup> Resumidamente, “(...), a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou, em outras palavras: o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro”.<sup>23</sup> Contudo, nessa fase, o capital industrial ainda não adquire suficiente diversificação e escala para se sobrepor às outras formas de capital, em especial ao capital comercial e, por isso, essa fase é caracterizada como de crescimento industrial, não de industrialização. Propriamente, a fase da industrialização só se inicia, segundo análise discutida, em 1933 quando o setor industrial deixa de ser dependente, direta ou indiretamente, pelo lado da realização dos lucros, da economia cafeeira.

E para explicar melhor a especificidade deste momento que é o da industrialização no Brasil e, portanto, a última fase de uma transição capitalista tardia, deve-se, novamente, lembrar sua complexa determinação. Em outras palavras, a nossa industrialização se inicia, de um lado, tendo por base o nível de acumulação do capital alcançado no complexo agrário-exportador cafeeiro e, de outro, num momento em que as forças produtivas características do padrão de acumulação da II Revolução Industrial já foram plenamente desenvolvidas, ou seja, quando este padrão já se consolida nas economias centrais. De acordo com a visão d’*O capitalismo tardio*, então, para que esta industrialização tardia se complete terá de incorporar estas forças produtivas já desenvolvidas, precisamente, constituir um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação endógena do capital. Sendo assim, isso significa que a revolução industrial no Brasil, para que aconteça, deve sintetizar quase num único movimento transformações materiais que nas economias centrais, mesmo naquelas de industrialização atrasada, aconteceram em saltos mais ou menos gradativos.<sup>24</sup>

Na verdade, Cardoso de Mello subdivide o processo de industrialização no Brasil em duas fases – a da industrialização restringida e da industrialização pesada-, as quais estão compreendidas entre as décadas de 1930 e 1960. Portanto, num período de tempo relativamente curto tendo em vista as grandes descontinuidades tecnológicas e as

---

<sup>22</sup> Idem, p. 115. Segundo o autor, “O período que esse estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Mais que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à ‘crise de 1929’”.

<sup>23</sup> Idem, p. 106.

<sup>24</sup> Idem, p. 118 e 119.

dificuldades técnicas e financeiras que se colocam a uma economia até então dinamizada pelo complexo cafeeiro, sob a hegemonia do capital mercantil a qual se estrutura, fundamentalmente, nas atividades do setor agrário-exportador. Em outras palavras, as transformações devem ser feitas em “saltos” muito mais largos, e essa é a mais marcante especificidade desta última fase da transição capitalista.

Numa perspectiva mais ampla, a questão da industrialização, como ponto central da problemática da transição capitalista, trás, por contrapartida, duas outras questões: a da elevação da burguesia industrial à condição de grupo politicamente dominante, isto é, dominante no campo da luta de classes; e outra, a da constituição das estruturas de dominação capitalistas. Esta, diz respeito à formação do Estado moderno, burguês e capitalista, o que é apenas uma das faces dentre um amplo conjunto de outras transformações sociais que caracterizam a formação e consolidação da sociedade capitalista, mas uma de suas faces centrais. E, da perspectiva d’*O capitalismo tardio*, convém desde já dizer, a atuação dirigente do Estado como condicionante do processo de industrialização é sempre ressaltada e isso, por dois motivos. Primeiro, como condição para que os interesses políticos dos vários setores sociais possam ser, de uma determinada maneira, ‘equacionados’ e, assim, as dificuldades técnicas e financeiras envolvidas no processo possam ser, de alguma maneira, ‘contornas’. Depois, pelo papel que lhe coube como negociador com o capital estrangeiro, ou seja, para estabelecer as bases de “associação” com os oligopólios internacionais, o que é uma das principais condições para ‘superar’ as discontinuidades tecnológicas inerentes ao processo.<sup>25</sup>

Já aquela primeira questão, implica esclarecer como os interesses da burguesia industrial, progressivamente, vão se impondo aos interesses das outras frações da burguesia

---

<sup>25</sup> Como ressalta Cardoso de Mello, “A ação estatal foi decisiva, em primeiro lugar, porque se mostrou capaz de intervir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, (...). A ampliação do gasto público valeu-se, fundamentalmente, de formas nada ortodoxas de mobilização de recursos financeiros, (...). Coube-lhe, ademais, uma tarefa essencial: estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores”, *Idem*, p. 125 e 126. As mesmas observações são feitas por Belluzzo e Coutinho: “Aí reside o problema crucial para que avancem as industrializações tardias. Fica patente que a forma de intervenção do Estado é decisiva. O que se requer é que o Estado funcione como aglutinador de um processo de monopolização de capital no âmbito de sua economia nacional para viabilizar, diretamente (através de empresas públicas), ou indiretamente, a constituição do Departamento de Bens de Produção. O grau em que o Estado consiga avançar nesta direção determina o nível de integração e as possibilidades de expansão que podem ser alcançados pelo capital internacional”, cf.: Belluzzo, Luiz G. M. e L. Coutinho. “Estado, sistema

e aos interesses dos outros grupos, dominantes ou não, e como, por fim, adquirem status de ‘interesses de toda a Nação’. Segundo Draibe, o problema é que “o estabelecimento da dominância do capital industrial, como novo eixo da acumulação capitalista, não se deu como um desenlace, deduzido abstratamente a partir das condições estruturais”.<sup>26</sup> Deste ponto de vista mais amplo, então, a problemática da transição capitalista é a problemática da revolução burguesa, a qual foi tratada, a partir da perspectiva da crítica à economia política da Cepal, por Sônia Draibe.

Como entende Sônia Draibe, a revolução burguesa é o *processo* ao longo do qual devem ser resolvidas as questões que se colocam a uma sociedade em fase de *transição capitalista*. Portanto, um movimento que compreende a constituição simultânea das bases materiais de sustentação do poder burguês e das estruturas sociais e políticas a partir das quais a sociedade burguesa se consolida, mas não só; a revolução burguesa é, sobretudo, um *processo histórico*. Melhor explicando, as respostas às questões da transição conformam um arranjo *específico* porque moldado pelas particularidades de cada momento e de cada sociedade. Segundo Draibe, tal arranjo deve acomodar, a partir de estruturas coloniais herdadas e em transformação, os conflitos políticos intraburgueses – não só entre frações da burguesia em constituição no país, como entre estas e as burguesias já consolidadas-, como os conflitos interclasse e a questão social. E, por fim, a ‘resolução’ destas questões está permeada pela questão do Estado capitalista e burguês em formação, o qual é, ao mesmo tempo, condição e reflexo do avanço das lutas sociais concretas que engendram e conformam o processo revolucionário.<sup>27</sup> Portanto, podemos, concluir que a revolução burguesa nas condições específicas do ‘capitalismo tardio’ acontece, mas não ‘obedece’ aos ‘modelos clássicos’.

---

financeiro e forma de manifestação da crise, 1929-1974”. In: Belluzzo, L.G.M., R.Coutinho (Org.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise*. Campinas: Unicamp IE, 1998, vol 1, p.26 e 27.

<sup>26</sup> Draibe, S. *op. cit.*, p.32.

<sup>27</sup> Como considera a autora, “É possível afirmar, (...), que a natureza das questões e relações sociais presentes na revolução burguesa podem ser apreendidas sob três ângulos. Em primeiro lugar, uma revolução burguesa envolve uma relação com o passado: a questão agrária. Trata-se, a partir da estrutura fundiária existente e de sua transformação, da questão da mercantilização da agricultura...” Depois, “... [as transformações em curso] envolvem distintas relações com o próprio presente. (...) são relações sociais e de poder que emergem no momento crucial da transformação capitalista, referenciadas à questão da industrialização propriamente dita e à ‘questão nacional’, (...). (...) envolve também uma relação com seu próprio futuro, expressa na questão proletária e nos diferentes conteúdos das relações emergentes entre os setores dominantes e as classes subalternas, (...). Finalmente, nessa tríplice conotação temporal, a revolução burguesa envolve a questão do Estado, (...)”, *Idem*, p.15 e 16.

Em *Rumos e Metamorfoses*, o período de 1930 a 1960 é considerado a última fase da transição capitalista no Brasil. Isso porque compreende as transformações que Draibe identifica como determinantes à consolidação da nossa revolução burguesa: a industrialização – constituição das forças produtivas tipicamente capitalistas, entendidas como a expressão da autodeterminação da acumulação capitalista; e a centralização e unificação do Estado nacional – a forma da dominação capitalista, por isso condição de formação e reprodução da sociedade burguesa. Deste ponto de vista, portanto, transformações interdependentes, que se completam e reforçam delimitando um sentido comum ou, de outra forma, faces de um mesmo movimento porque sintetizam, cada qual num plano específico da vida social, aquela revolução maior e mais geral que, em conjunto, constituem. Uma, a face do plano econômico: “(...), a industrialização é tão somente o aspecto econômico de um processo mais amplo da formação e consolidação da dominação e do poder burgueses, ou seja, do processo de revolução burguesa”.<sup>28</sup> Outra, a do político: “(...), a revolução burguesa envolve a questão do Estado, isto é, o movimento de construção das estruturas nacionais, centralizadas, unificadoras e centralizadoras, que, sobre uma dada estrutura de classes, articularão e expressarão o poder burguês como poder unificado, manifesto como o ‘interesse de toda a Nação’”.<sup>29</sup>

Em síntese, o objetivo de Sônia Draibe em *Rumos e Metamorfoses* é identificar as relações entre o político e o econômico num caso particular de transição capitalista tardia, ou seja, estabelecer os nexos e as formas de inter-relação entre os movimentos de constituição das bases materiais do capitalismo e de constituição das estruturas de dominação capitalistas no Brasil. Sendo assim, a autora pergunta-se quais as condições específicas que, no período compreendido entre 1930 e 1960, conduziram a um tipo de interação o qual, ao fim, constituiu a sociedade capitalista e burguesa no Brasil. E é a importância de entender esse movimento complexo que faz a importância de compreender sua interpretação.

Mais propriamente, para apresentar o problema nos termos da autora, a questão é como “(...), na especificidade do caso brasileiro, como entender os vínculos entre industrialização e Estado?”<sup>30</sup>; ou, destacando que o ponto crucial é o caráter do Estado que

---

<sup>28</sup> Idem, p. 13 e 14.

<sup>29</sup> Idem, p.16.

<sup>30</sup> Idem, p.26.

## Capítulo 2.

### A constituição do Estado capitalista nas condições do “capitalismo tardio”

#### 1. Introdução

Na periodização adotada em *Rumos e Metamorfoses*, a Revolução de 1930 é o marco inaugural da última fase do processo de transição capitalista no Brasil, a qual é identificada como a fase da Revolução Burguesa. Isso porque entre 1930 e 1960 a industrialização se iniciou e completou e o Estado assumiu, crescentemente, caráter centralizado, centralizador e unificador, ou seja, adquiriu características institucionais e funcionais, formas repressivas e ideológicas de controle e legitimidade e um padrão de ‘resolução’ de conflitos que o assemelham ao Estado capitalista moderno. De forma mais direta, foi ao longo desse período que se constituiu um aparelho burocrático-administrativo mais abrangente e complexo, com maior capacidade de regular e intervir, o qual permitiu ao Estado concentrar em si os interesses politicamente representativos, unificá-los e apresentá-los como expressão da ‘vontade nacional’; e, com mais precisão, isso significa que o Estado brasileiro foi adquirindo, por sua constituição material e por suas relações com as classes sociais, semelhanças com a forma que assume o Estado capitalista no estágio monopolista do capital. Como, contudo, a transição capitalista no Brasil estava ainda em processo, tais características tiveram marcas específicas, com funções e desdobramentos que guardam particularidades em relação às observadas nos Estados desenvolvidos de economias capitalistas já consolidadas.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Sobre as características do Estado na fase monopolista do capitalismo, cf. Poulantzas, N. *O Estado, o Poder, o Socialismo*, Rio de Janeiro, Graal, 1980. Para Poulantzas, a delimitação entre o espaço do político e do econômico, sua composição e a forma pela qual se ligam, só podem ser apreendidas se relacionadas com o modo de produção e com a fase ou estágio deste, ou seja, com a especificidade das relações de produção e a variação destas relações num mesmo modo de produção. No capitalismo, particularmente, a fronteira do político e do econômico é dada pela “separação relativa” entre as respectivas instâncias; separação que, portanto, é a *forma* capitalista do político no econômico. Mas não é só: sem ultrapassar estes limites últimos – a “separação relativa” que se funda no “duro cerne” das relações de produção capitalistas-, tais espaços se redefinem a cada fase ou estágio do desenvolvimento capitalista. Essa separação se refere à autonomia relativa do Estado em relação aos interesses particulares de tal ou qual fração das classes que compõem o “bloco no poder”. Isso porque, o Estado, como instância de poder, “é a condensação material de uma relação”, isto é: constitui-se pelas lutas de classe e sua “ossatura material” – o aparelho de Estado, suas leis etc-, é a expressão e o espaço, por excelência, destas lutas, o que significa que as contradições de classe –

Tais particularidades são verificadas tanto no momento em análise, já que, apesar dos aspectos avançados, trata-se, de fato, de um Estado em transição na fase monopolista do capitalismo global, isto é, um 'Estado de transição tardio'; mas também serão vistas no Estado capitalista brasileiro já constituído, e isso exatamente pelas condições históricas em que se constitui, como ainda pelo desenvolvimento das lutas de classe que, em tal contexto, o consolidam. Particularmente com respeito às transformações das estruturas de poder vistas a partir de 1930, o objeto do estudo de Sônia Draibe, deve-se, portanto, relacioná-las também aos determinantes estruturais do contexto global, mas por outra, e principalmente de acordo com a perspectiva adotada pela autora, às possibilidades próprias de cada sociedade, isto é, à sua fase interna da acumulação do capital. Portanto, como visto no capítulo anterior, a estruturação do poder de Estado no Brasil deve ser ligada à fase da industrialização que aí tem início. Afinal, foram tais as circunstâncias, as de um desenvolvimento capitalista e tardio, que engendraram o Estado brasileiro desta fase de transição: um Estado capitalista em formação que pôde, já nesse momento, adquirir aquelas características marcadamente próprias à forma que adquirem os Estados capitalistas na sua fase avançada.

Para apreender as particularidades do Estado neste momento, Sônia Draibe se baseou na discussão e nas formulações teóricas desenvolvidas por Poulantzas sobre o Estado da fase de transição capitalista, o qual, segundo a definição do autor, é um tipo particular de Estado.<sup>33</sup> Como elaborado, o conceito tenta apreender as características do

---

seja, entre classes ou internas a elas, seja no interior da classe dominante ou das dominadas-, atravessam o aparelho estatal e o compõem. É exatamente por isso, porque centraliza em si os interesses, que o Estado, através da unidade de seu aparelho e de suas políticas, pode organiza-los de acordo com os interesses de longo prazo do grupo hegemônico na respectiva fase do capitalismo para, assim, garantir os interesses de logo prazo do "bloco no poder". E, como diz Poulantzas: "não apenas essa hegemonia na relação de forças está presente no seio do Estado, mas, da mesma maneira que o bloco no poder só pode funcionar a longo prazo sob a hegemonia e direção de um de seus componentes que o unifique diante do inimigo de classe, o Estado reflete essa situação", idem, p. 139.

<sup>33</sup> Poulantzas definiu o conceito de "Estado de transição" a partir da análise que realiza sobre o caráter do Estado absolutista. Caracterizou-o como um Estado particular, mais precisamente, como o tipo de Estado do momento em que ainda o modo de produção e o próprio Estado capitalista estão em formação. Portanto, difere fundamentalmente das estruturas de poder que o antecederam, como também do Estado moderno, burguês e capitalista, já constituído. Deles difere, mais precisamente, porque, num momento em que a classe burguesa não é ainda politicamente dominante, apresenta já características estruturais importantes de um Estado capitalista, ainda que também traços daquele outro. Principalmente, apresenta defasagens entre suas estruturas e funções com relação ao campo da luta de classes: já tem uma autonomia que é específica do Estado capitalista, a qual permite-lhe, neste momento, "*produzir relações ainda não determinadas* de produção – as relações capitalistas-, (...): a sua função é a de *transformar e fixar* os limites do modo de produção". Como coloca Poulantzas: "a autonomia relativa do Estado absolutista é devida, por um lado, ao

Estado quando as relações sociais capitalistas e o próprio Estado capitalista estão em constituição; portanto, os fundamentos e a forma das estruturas de dominação no período de transição capitalista. De acordo com a análise de Poulantzas, as estruturas de poder no momento desta transição já teriam algumas das características marcadamente próprias do tipo capitalista de Estado, entretanto, uma vez que as relações sociais capitalistas ainda não estão plenamente definidas, há um descompasso, uma “defasagem” entre as estruturas do Estado e suas funções com relação ao campo da luta de classes. Nestas condições, o Estado de transição é dotado de particular autonomia: num momento em que o modo de produção ainda está indefinido cabe-lhe atuar sobre os interesses do momento e à frente dos limites fixados pelas relações sociais vigentes; assim ele próprio, o Estado, produz as relações sociais que terão predominância quando concluída transição capitalista. Só então, tais relações serão organicamente articuladas e poderão desenvolver-se a partir de si próprias.

Entretanto, o objetivo da autora é identificar um tipo específico de Estado de transição: a forma do Estado de transição nas condições específicas do capitalismo tardio e, mais restritamente, as condições particulares da sociedade brasileira que fundamentaram nosso Estado de transição. Primeiro, entender essa *forma* que vai assumindo o Estado de transição tardio é essencial para entender o próprio processo de transição capitalista no Brasil. O ponto é que a constituição do Estado, em si mesma, também é uma das questões da revolução burguesa, e é determinante no processo, pois define o veículo de expressão e efetivação dos interesses burgueses que se formavam e solidificavam. Por isso, esse processo de estruturação da “ossatura material” do Estado – a constituição e controle dos mecanismos e instrumentos de regulação e intervenção, como o alcance que permitiam, em amplitude e profundidade-, tem dupla-face: por um lado, expressa o caráter que vai assumindo Estado em formação e, assim, reflete o desenrolar do desenvolvimento social em curso; enquanto, por outro, consiste o meio objetivo para a efetivação da direção estatal sobre este processo. Sobre o que, deve-se precisar, é reflexo e condicionante do avanço da industrialização e das novas formas da divisão social do trabalho que emergem desse avanço, como de sua própria ação sobre as práticas de luta e representação dos diversos grupos sociais.

---

seu caráter capitalista e à sua função no período de transição, por outro, à sua relação complexa com o campo de luta de classes”, Idem, *Poder...*, p.157 e 163, respectivamente – grifos do autor.

Por isso, quer dizer, porque a constituição do Estado é vista como reflexo e condição das transformações sociais envolvidas na industrialização, não pode ser explicada sem que sejam consideradas as condições específicas da transição tardia. Precisamente, como visto, nesta última fase da transição capitalista no Brasil a relação de assalariamento, fundamento do modo de produção capitalista, já é dominante, mas não o padrão de acumulação, porque o movimento de acumulação ainda não é endógeno ao país. Como explica Draibe, trata-se “*de um tipo de Estado, portanto, que se erige sobre um conjunto de forças sociais em transformação, não articuladas objetivamente (porque ainda ausente um movimento autônomo e integrador da acumulação capitalista)*”.<sup>34</sup> São estas as condições específicas – um conjunto de forças sociais em transformação-, que fundamentam o poder do Estado entre 1930 e 1960, ou por outra, tendo-as em vista é que Draibe pretendeu explicar a natureza da autonomia que permitiu ao Estado, nesse período, intervir sobre as profundas transformações então em curso.

Esta secção tem como objetivo identificar os fundamentos e características próprias do Estado no Brasil entre 1930 e 1960, segundo a análise de Sônia Draibe. Para tanto, está dividida em três partes, além desta introdução. A primeira esclarece porque a Revolução de 1930 é vista como um marco na história do país, ou seja, trata de diferenciar o Estado pré-1930 do Estado nascido a partir de então, identificando neste exatamente os traços tipicamente capitalistas inexistentes naquele outro. Neste primeiro momento, então, é dada ênfase ao aparelho burocrático administrativo em constituição, ou melhor, à qualidade desta “ossatura material” que o Estado adquire, no que diz respeito à maneira como através dela se estrutura um novo padrão de resolução de conflitos. A seguir, iremos ressaltar as especificidades do processo de constituição do Estado no Brasil. A princípio, nos deteremos sobre os fundamentos que estruturam seu poder nesse período, principalmente, sobre a especificidade da base social e das forças políticas daí derivadas, as quais possibilitam uma particular autonomia à ação estatal. E, a partir dos pontos até então levantados, finalmente, tentaremos melhor qualificar a relação ente o Estado e a sociedade, segundo a visão de Sônia Draibe. Para isso, a última parte desta secção tenta esclarecer de que maneira específica as forças sociais se manifestam e se fazem representar através de um Estado com características ‘modernas’ e, assim, legitimam e configuram aquela ‘particular autonomia’.

---

<sup>34</sup> Draibe, S. *op. cit.*, cf. nota 14, p.18.

Em resumo, a questão central de Sônia Draibe é o *caráter* deste particular Estado: o que adquire expressão na materialidade do aparelho burocrático-administrativo estatal, estrutura-se a partir da base social, política e ideológica do Estado, e é a própria definição de seu ‘papel’ e de seu poder. Afinal, a maneira como o Estado interfere na ‘resolução’ de conflitos e se legitima, a extensão de sua autonomia e os objetivos para os quais a utiliza, tudo isso define sua ação em relação às transformações estruturais da sociedade. Cada uma das seguintes partes dedica-se a um destes aspectos.

## **2. Entre o Estado Oligárquico e o Estado capitalista**

O Estado pré-1930, em contraste com o caráter que Draibe encontra naquele que o sucedeu, sustentava-se sobre frágeis bases de financiamento, aparelho institucional restrito e instrumentos de limitado alcance. Isso não quer dizer, entretanto, que o Estado oligárquico fosse desprovido de quaisquer meios de atuação; ao contrário, estava ‘adequado’ à estrutura regionalizada de poder até então em vigor. Nesse sentido, seria suficiente se capaz de representar, organizar e responder às demandas do setor mercantil-exportador - o setor econômico fundamental de então e do qual faziam parte os grupos politicamente dominantes-, e, especialmente, às demandas da burguesia cafeeira – o grupo hegemônico. Sendo o setor mercantil-exportador, no entanto, composto por grupos com interesses heterogêneos e regionalmente divididos, os quais, por isso, disputavam o apoio do Governo Federal em questões particulares, caberia às estruturas de poder viabilizar-lhes a coexistência, já que, em conjunto, constituíam a base social do poder estatal. O caráter federativo do aparelho jurídico-político vigente na República Velha permitiu essa coexistência e, sem pretensão de incorporar os conflitos, permitiu a organização e ‘defesa’ destes interesses frente aos outros setores, quer dizer, foi eficiente em garantir a reprodução da sociedade como então estruturada.

Por oposição, o Estado que se estruturou entre 1930 e 1960 teve caráter centralizado, centralizador e unificador. Primeiro, porque nesse período são redefinidos os conteúdos da soberania: disposição e intervenção sobre a institucionalidade e os instrumentos de repressão e conformação ideológica, extensão da autoridade do governo

sobre definição e uso dos recursos estratégicos, maior controle das fronteiras e da informação, ampliação das bases fiscais e dos órgãos de controle e gestão da moeda, maior densidade na estruturação do judiciário. Isso condiciona e marca, e de forma cada vez mais evidente ao longo do período, decisões de diretrizes gerais das políticas econômica e social, de fato, centralizadas nas esferas federais, políticas e instrumentos de amplitude nacional, aparato regulatório e administrativo modernizados, seguindo os padrões e critérios de racionalização, eficiência e meritocracia, mecanismos mais sólidos de financiamento público; enfim, maior abrangência, legitimidade e capacidade do Estado para coordenar, regular e intervir sobre as esferas civis. Portanto, um aparelho burocrático bastante mais ‘avançado’ se comparado com os instrumentos e as funções jurídico-políticas do Estado oligárquico. Como conclui Draibe, “o movimento de centralização e concentração de poder, sob os múltiplos aspectos em que se expressou, conduzirá o Estado brasileiro a uma forma mais avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês”.<sup>35</sup>

Disto fica evidente um primeiro aspecto, o qual Draibe sintetiza sob o título de “centralização”<sup>36</sup>: a maior capacidade do Estado para unificar, sob a jurisdição de sua ‘vontade’ soberana - genérica e abstrata- os ‘interesses sociais’, quer dizer, de representar e responder pelo “interesse geral da nação”. Sob essa ideologia, já se legitimava o Estado republicano de antes de 1930, mas crescentemente mais abrangentes e centralizados tornaram-se a legislação e as jurisdições estatais a partir desta data. O que se está destacando é que apesar do Estado da República Velha já contar com um mínimo arcabouço jurídico e administrativo, a centralização possibilitou expandi-lo e, mais que isso, aprofundá-lo. A partir de então, cada vez mais as formas de legitimidade e reprodução do poder estatal se assemelham à maneira dos Estados capitalistas modernos apresentarem-se e formularem suas legislações e ações. Nesse sentido, “a ordenação jurídica se faz sob a forma universalista e genérica, emanada de um centro político e fundada numa definição abstrata da nação e da igualdade dos cidadãos. O interesse geral ganha maior concretude no formalismo e na abstração da lei, expressão de um Estado que atua soberanamente no âmbito de toda a nação, em nome de suas ‘razões’, que identifica com as de todo o povo e apresenta como gerais e nacionais. A obra iniciada nos tempos do Império, que avançara

---

<sup>35</sup> Idem, p. 60.

<sup>36</sup> Idem, p. 61.

*a seu modo e sob as injunções do regime federalista no Estado oligárquico, ganha novas dimensões.*”<sup>37</sup>.

Portanto, o aspecto destacado está relacionado também a maior difusão e solidez que adquirem as idéias de “povo-nação” e do Estado porta-voz desta vontade – a base ideológica do Estado nacional-, por exemplo: com a instituição do voto universal e secreto na Carta de 1934 e, na prática, no pós-guerra, movimentos em direção à unificação do judiciário, o estabelecimento de uma legislação sobre a saúde e a educação, dentre outros. Contudo, a legitimidade da lei e das políticas públicas, para ser reproduzida, ainda depende da capacidade do conjunto da ação estatal responder às expectativas de longo prazo dos grupos no poder e, em certa medida, também certas demandas imediatas dos grupos dominados. E o Estado, entre 1930 e 1960, molda-se, cada vez mais, dentro desta perspectiva, ainda que de forma específica. Segundo Draibe, neste caso preciso, o poder esteve condicionado à sua própria capacidade em atender às demandas de um espectro cada vez mais amplo e diferenciado de grupos sociais - dos velhos e dos novos-, o que acontece, enfatiza, de acordo com uma hierarquia estruturada ao longo dos conflitos políticos - os quais, como veremos nos tópicos seguintes, também atravessam as esferas estatais aí se definem por mecanismos bastante particulares-, segundo as correlações de força estabelecidas e a representatividade por elas alcançada a cada momento.

É essencial, então, definir mais precisamente quais são estes novos ‘aspectos capitalistas’ indicativos daquele “avanço” que, em meados dos 1960, culminou com a consolidação do Estado capitalista e moderno brasileiro. Aspectos estes que desdobram da *forma* da ‘presença’ do Estado na sociedade e que, por isso, não é demais repetir, apesar das propriedades de todo e qualquer Estado capitalista que lhes definem, tiveram marcas do tempo-espaço no qual se formaram. Para apreendê-los, o enfoque de Draibe direcionou-se sobre a forma objetiva de resolução de conflitos e sobre os impactos, daí derivados, à materialidade estatal, quer dizer, buscou-se apreender a relação do Estado com o campo da luta de classes, por um lado, e, por outro, a forma como essa relação, a qual define o caráter do Estado, acaba sendo refletida na constituição do aparelho burocrático-administrativo e, pela mesma, de certa forma, reproduzida.

---

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*.

Primeiro, tratemos de entender como Draibe analisou e interpretou a ‘construção’ da materialidade do Estado, o que, em outras palavras, diz respeito à maneira como os interesses em disputa são incorporados e imprimem suas marcas na ‘ossatura material’ do Estado. O ponto é que a montagem do aparelho estatal teve o significado mais geral de “*corporificar, nas estruturas do Estado, a materialidade de segmentos significativos das relações sociais capitalistas*”.<sup>38</sup> Isso porque ao serem criados órgãos técnicos e instituições setoriais e de competência especializada, os setores específicos ou áreas sobre os quais legislariam acabavam adquirindo expressão concreta, deve ser ressaltado, no aparelho-burocrático público e através dele se representavam. Desse ponto vista, fica evidente o significado maior desta ‘construção’, quer dizer, que os respectivos grupos sociais acabavam sendo, por essa via, reconhecidos e representados no interior do próprio Estado e poderiam ser, diretamente, por ele atingidos. Significa, então, que constituídos órgãos dessa natureza, a interferência estatal direta nos setores e áreas por eles representados, o favorecimento destes interesses particulares e a maneira como, dessa forma, alteravam-se certas variáveis-chaves da concorrência econômica e as correlações de forças políticas, tudo isso passava a ser entendido como parte dos ‘projetos nacionais’ e, por isso, legitimamente justificados como ‘interesse geral’.

Nesse sentido é que a autora afirma terem sido, as características da divisão social do trabalho, impressas na materialidade do Estado moderno, de forma que, as relações sociais e econômicas adquiriram forma “institucionalizada” de representação, isto é, as relações são cristalizadas nas instituições e, institucionalizando-as, o Estado as incorpora e, por elas, é ‘atravessado’. Especialmente, é quando esse caráter centralizado nas instâncias estatais da resolução de conflitos marca as relações econômicas, quer dizer, mais diretamente intervém nas condições da concorrência, que Draibe atenta para uma transformação qualitativa na relação entre Estado e economia e, portanto, também uma outra definição do espaço do Estado na sociedade. De forma mais concreta, quero dizer que à medida que o aparato de intervenção econômica, em efetividade e amplitude, tomava proporções determinantes, as relações econômicas capitalistas ainda não bem estruturadas, já que em (trans)formação, eram institucionalizadas e, assim, adquiriam um novo *status*, ou seja, confirmavam sua relevância e, principalmente, tornavam-se alvos e veículos da ação

---

<sup>38</sup> Idem, p. 47.

estatal legítima. Isso confirma a visão de que, no período tratado, a ação direta sobre a economia, isto é, a intervenção do Estado sobre as condições da concorrência capitalista, foi essencial como indutora e possibilitadora da industrialização ou, como se afirma em *Rumos e Metamorfoses*: na questão particular da industrialização “o Estado manifesta sua direção econômica”.<sup>39</sup>

Chegamos aqui ao segundo ponto, ou seja, ao modo como, no campo da luta de classes, as forças sociais disputam o reconhecimento e atenção das políticas públicas, ou melhor, como objetivamente a relação entre este campo de disputas políticas e o Estado ‘produz’ o ‘interesse nacional’. A questão é que a “institucionalização” das relações econômicas levam ao que Draibe chamou de “estatização da luta econômica de classe”.<sup>40</sup> Sobre o que, explica-se: “Não se trata, por certo de um movimento de ‘absorção’ dessas relações nem da supressão das determinações reais onde nasce e se desenvolve o nível real da acumulação capitalista e da luta econômica de classes. Estamos assinalando que essa perpassa também as estruturas do Estado e, mais ainda, que estas estruturas – seus órgãos e instrumentos-, constituem formas cristalizadas de relações e conflitos sociais”.<sup>41</sup> Portanto, as disputas entre os interesses econômicos não se dissipavam quando incorporados pelo Estado e nele materializados. Ao contrário, abrangendo-os, por meio de seus aparelhos, o Estado centralizava e internalizava os conflitos e antagonismos sociais, e isso como condição para ‘equacioná-los’, quer dizer, conferir-lhes uma certa unidade ao transfigurá-los num conjunto integrado de políticas. Por isso, a autora identifica uma “(...) natureza de classe que se inscreve no próprio organismo burocrático-administrativo que, nesse sentido, longe está de ser um neutro e externo aparelho de regulação e intermediação de interesses”.<sup>42</sup> O que, de outra forma, significa que as forças políticas estruturavam seus interesses econômicos num campo de disputa interno às esferas do Estado e, dessa forma, o penetravam.

---

<sup>39</sup> Sobre o que entende por “direção econômica” estatal, explica: “projeto de desenvolvimento econômico transfigurado num plano unificador da política econômica e social”. É a partir desta dimensão mais ampla que a política econômica, ou mais exatamente, o projeto de industrialização nacional direcionado pelo Estado deve ser compreendido. Idem, p. 44 e 46.

<sup>40</sup> Sobre “o modo através do qual os interesses e relações econômicas observados passam a estar objetivamente presentes nos órgão estatais, determinando o conteúdo social do aparelho-, creio ser possível afirmar, (...), que, através da edificação do aparelho econômico de intervenção e regulação, opere-se um processo de estatização das relações econômicas de classe”. Idem, p. 49.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>42</sup> Idem, p. 48.

Daí, a contra-face da “estatização da luta econômica”, sua “politização”. O ponto é que, estando ao alcance das políticas estatais a capacidade de atingir e, legitimamente, influenciar as condições da concorrência capitalista, esta acaba transcendendo a esfera do mercado, o *locus* primeiro da disputa econômica. Nas estruturas centralizadas do Estado, os interesses setoriais ganham caráter corporativo, são articulados por meio de cartéis e *lobbies*, mobilizam a representação parlamentar ou a opinião pública e isso porque a institucionalização representa uma forma já determinada de resolução de conflitos. Segundo explica Draibe, não significa que as questões são equacionadas à margem dos interesses como socialmente estruturados, mas, ao contrário, que, incorporados no aparelho estatal, através dos órgãos de regulação, coordenação, planejamento e intervenção, os interesses setoriais tornam-se já um componente da agenda de políticas e, portanto, será alvo das mesmas, mesmo que, em última instância, por uma não-decisão. Sendo assim, as condições econômicas passam, também, a ser delineadas no Estado, seja no âmbito da concorrência entre classes – entre capital e trabalho-, ou intraclasse – entre os diversos capitais. E por isso, porque as relações econômicas atravessam e são também delineadas no Estado, quer dizer, porque são estatizadas, é que os conflitos políticos de classe – aí compreendidas as disputas entre os vários setores pela “institucionalização” de seus interesses e, feito isto, pela participação na forma das políticas e projetos públicos-, tornam-se também uma forma da ‘concorrência capitalista’. Em resumo, significa que “*os órgãos e instrumentos de intervenção econômica tornam-se ...- arenas e alvos de confronto e lutas entre os setores sociais diversos, que objetivam o prevalecimento de seus interesses próprios nos órgãos e políticas a que estão afetos*”.<sup>43</sup>

Concluindo, tanto aquele modo particular de tradução da divisão social do trabalho na materialidade do Estado, como a conseqüente inscrição dos interesses econômicos nas instituições estatais são aspectos ‘modernos’ inexistentes no Estado oligárquico e, mesmo que a razão, abrangência e conseqüências de incorpora-los já na fase de transição sejam vistas como específicas às condições históricas da formação do Estado brasileiro, o fato de incorporá-los marca uma nova fase deste processo. Como resume Draibe: “*Na materialidade da sua ossatura, o Estado brasileiro avança seu processo de constituição de Estado nacional e capitalista. Mas o faz sob essa forma específica, inscrevendo nos seus*

---

<sup>43</sup> Idem, p. 49.

*aparelhos os diferentes interesses sociais que, assim, sofrem um processo de generalização e abstração, metamorfoseando-se, agora, em 'interesses nacionais' e constituindo-se na substância das políticas do Estado. Desse modo, o caráter capitalista desse Estado em formação é impresso na sua própria estrutura, na medida em que a nova máquina burocrático-administrativa que emerge a partir de 1930 condensa e exprime, nos seus aspectos propriamente materiais, as relações e contradições básicas da sociedade".<sup>44</sup>*

Enfim, esse é o significado da constituição do aparelho-burocrático estatal capitalista e a forma da resolução de conflitos no Estado moderno: Estado centralizador das lutas de classe e constituído a partir delas. E a Revolução de 1930 é o marco histórico desta nova fase de formação do Estado brasileiro, o que, não se deve perder de vista, é um dos fundamentos das sociedades modernas e, sendo assim, expressão particular de uma transformação estrutural e maior. Nesse sentido, cabe evidenciar quais as condições históricas e os fundamentos sócio-econômicos e políticos por elas engendrados que serviram de base a 'novo' caráter do Estado já na fase da transição capitalista.

### **3. Fundamentos do Estado na última fase da transição capitalista no Brasil**

Segundo a interpretação aqui estudada, a crise de 1929 foi condição estrutural desta nova etapa da transição capitalista, já que a ruptura internacional permitiu o desenvolvimento do mercado interno como novo 'centro dinâmico' da economia e, portanto, a quebra de um dos elos da dependência externa.<sup>45</sup> Nesse sentido, a crise abalou as bases de sustentação dos grupos do setor mercantil de exportação e, particularmente, as bases da hegemonia mercantil-cafeeira, porque desestruturou a economia nacional ao afeta-la em seu eixo fundamental, o mercado externo. Entretanto, em *Rumos e Metamorfoses*, o colapso que atingiu frontalmente a economia mercantil exportadora não implicou uma forma já determinada para o desenvolvimento capitalista no Brasil, ou seja, significou não

---

<sup>44</sup> Idem, p. 83.

<sup>45</sup> Nesse ponto a autora segue a interpretação de Cardoso de Mello, *op. cit.* Confirma também a interpretação de Furtado, sobre o assunto, o que chamou de "deslocamento do centro dinâmico", e que nesse mais específico converge com a de Cardoso de Mello, Furtado, *op. cit.*, cap. XXXII.

mais que a abertura de alternativas para o desenvolvimento da sociedade, a qual, industrializando-se, seria estruturada por outras bases, outra lógica.<sup>46</sup>

Já o desenrolar deste processo - seu ritmo, amplitude e profundidade-, seria moldado a partir das lutas de classe, e, essencialmente, das lutas políticas, ao passo em que as questões da revolução burguesa iam se colocando, recolocando e definindo. Em outras palavras, a oligarquia cafeeira é enfraquecida e, conseqüentemente, o arranjo político que a sustentou poderia ser alterado; porém, o novo arranjo não estava, em 1929, já ‘desenhado’ e, sendo assim, tampouco os rumos que tomariam o desenvolvimento. Este seria encaminhado a partir dos embates políticos concretos, ou mais precisamente, conforme os interesses que conseguissem sobrepor-se aos demais e, assim, serem aceitos como ‘interesses nacionais’. Por isso, Draibe destaca que “*no contexto da crise, qualquer das alternativas implicaria, para sua materialização, uma nova política no interior do Estado e, simultaneamente, uma transformação do próprio Estado. O problema da direção política do Estado e seu sentido tornam-se aqui cruciais*”.<sup>47</sup>

Feitas estas considerações, identificar a base social de sustentação do Estado brasileiro constituído em paralelo à industrialização coloca-se como passo essencial para melhor precisar seu caráter específico e, portanto, o sentido e alcance de sua ação, os limites de sua autonomia, a forma como impôs e justificou suas funções. Na verdade, foi o ponto de partida adotado por Sônia Draibe: posicionar o Estado - burocracias e elites dirigentes entendidas como expressão de uma certa estrutura de poder, de um arranjo político socialmente determinado-, frente ao movimento de transformação da estrutura social que o rápido e intenso avanço da industrialização induzia, quer dizer, frente à diferenciação e mobilidade dos grupos e classes, seu fortalecimento ou enfraquecimento então decorrentes.<sup>48</sup>

A análise, num primeiro momento no plano mais ‘abstrato’, parte da estrutura social do complexo cafeeiro, o qual, sustenta a autora, único sistema de reprodução ampliada do capital e, portanto, o único capaz de forjar, em si, interesses que se desdobrariam em vias

---

<sup>46</sup> Draibe, S. *op. cit.*, p. 32.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem* (grifos da autora)

<sup>48</sup> Como coloca a autora, trata-se de responder “a sempre presente questão de saber em que bases sociais pôde o Estado – as suas burocracias e as elites dirigentes – expressar e implementar um projeto de transformação capitalista que ia além dos horizontes dos vários setores dominantes e, em particular, da burguesia industrial?” Idem, p. 20.

alternativas de desenvolvimento<sup>49</sup>. São aí identificados três grupos sociais “*histórico-fundamentais*”: a *burguesia mercantil exportadora*, a *burguesia industrial* e o *proletariado*, os quais “*definem-se como fundamentais porque são historicamente capazes de ordenar, a partir de seus interesses estratégicos objetivos, o conjunto da sociedade*”.<sup>50</sup>

Isso quer dizer, cada um destes grupos poderia, de uma maneira própria, constituir-se como a base social do poder político porque seus interesses de classe eram passíveis ‘universalização’, ou seja, capazes de estruturar um Estado que, tal qual o capitalista, identifica-se como ‘porta-voz da nação’. Explico melhor: configurados em setores econômicos capazes de reproduzir a acumulação capitalista ampliada, esses interesses fundamentais eram potencialmente expansivos, poderiam diversificar-se e ampliar-se a partir de si próprios absorvendo as reivindicações localizadas e dispersas dos demais setores, dependentes ou não, organizando-as e hierarquizando-as conforme o encaminhamento que, cada qual de uma forma específica, pretendiam dar às questões da revolução. Enfim, no entender da autora, essas *vias* representavam as diferentes *formas estruturalmente possíveis* de equacionar as questões da revolução burguesa: o ritmo e profundidade da industrialização, o alcance transformações sociais – a questão agrária, a diferenciação das classes e suas práticas de representação, a questão social-, a forma de absorvê-las e ordená-las; por isso, representavam “*tendências-limite de direção do Estado*”.<sup>51</sup> Quer dizer, porque seus interesses eram portadores de uma *via alternativa* para o desenvolvimento capitalista, porque eram os únicos que poderiam concretizar e de alguma maneira própria direcionar a industrialização, estes grupos delimitam o campo de

---

<sup>49</sup> Conforme a análise d’*O Capitalismo Tardio*, a economia cafeeira interliga as atividades do campo e da cidade, conjugando vários interesses: os do capital comercial-financeiro - o lócus do grande capital cafeeiro-, e os do núcleo produtivo - sua base subsidiária. Forma, por isso e diferentemente das demais economias de exportação, um complexo integrado, no qual o núcleo mercantil agro-exportador é o pólo economicamente dinâmico e a partir do qual desenvolvem-se, complementarmente, os capitais industrial e mercantil-exportador.

<sup>50</sup> Draibe, S. *op. cit*, p. 28 – grifos da autora.

<sup>51</sup> Um desenvolvimento “conservador” se dominado pelo setor agrário exportador, dentro do qual a industrialização seria mais limitada e, sobretudo, apoiada no capital externo; uma “via moderada” se fundada nos interesses da burguesia industrial; ou, por fim, um desenvolvimento “nacional-popular”, nucleado pelos interesses da classe operária, que apoiar-se-ia, sobretudo, no setor produtivo estatal e seria mais eficiente na distribuição dos ganhos do crescimento econômico. Ainda, em quaisquer dos casos haveria algum tipo de negociação com o capital externo.

interesses, delimitam o campo da luta de classes a partir do qual se constitui o Estado de pós 1930.<sup>52</sup>

Contudo, em seu “movimento concreto”, o complexo cafeeiro revela “uma estrutura social peculiar”, diferenciada e conflitante, seja entre as classes como intraclasses, seja nos setores dominantes ou nos populares, seja no campo ou na cidade. Como caracteriza a autora: uma burguesia cafeeira de “múltiplas divisões e contradições internas” e de “relações mais conflitantes que solidárias com os outros pólos exportadores e os setores oligárquicos a ela vinculados”; uma burguesia industrial fragmentada, frágil e dependente do setor exportador; “um proletariado urbano fracionado” e recente, o qual ainda não constituíra sua própria ideologia de classe; setores médios urbanos muito heterogêneos e rurais de pouca expressão política.<sup>53</sup> Portanto, quando, em 1929, a crise da economia mercantil exportadora se torna aguda, aqueles interesses potencialmente “portadores de futuro” não puderam se explicitar de maneira “orgânica”, ou seja, nenhum dos respectivos grupos conseguiu articular-se politicamente, construindo um arranjo representativo e sustentável entre os vários setores.

Ainda além, a análise de *Rumos e Metamorfoses* enfatiza o caráter inconstante dos vários laços políticos feitos e desfeitos entre 1930-60, uma vez que a própria estrutura social, em conseqüência do ritmo acelerado e concentrado da industrialização brasileira, esteve em constante mutação. Quer dizer, se qualquer dos grupos “histórico-fundamentais” foi incapaz de, concretamente, transfigurar seus interesses num ‘projeto nacional’, é porque nenhum deles pôde sustentar-se no campo da luta política como articulador e representante

---

<sup>52</sup> Como define a autora: “(...), penso o campo dos embates políticos no período como sucessivos confrontos entre forças políticas que expressam, em graus e força distintas, tendências de direção política em curso na sociedade.” Idem, p.40.

<sup>53</sup> Outros autores também enfatizam, em suas análises, a extrema diferenciação intra e entre as classes existentes nesse momento. Principalmente sobre a diferenciação entre as várias facções da burguesia, mas não apenas, Fernando Henrique Cardoso é um dos mais citados. Nesse sentido, sustenta que “com a constituição dos setores industriais de infra-estrutura e com a formação dos setores industrialmente decisivos, (...), sob controle estatal e sob controle externo, a variável genérica ‘burguesia nacional’ perdeu sentido explicativo”. Mais amplamente ainda caracteriza: “a estrutura social de um país como o Brasil se corta em dois sentidos, em linhas horizontais e verticais. Não só o ‘setor empresarial’ se diferencia economicamente em termos dos tipos de controle a que está sujeito, como as classes populares se diferenciam economicamente e se tornam mais heterogêneas”, Cardoso, F.H. “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira”. In: C. Furtado (Org.), *Brasil – tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 106 e 107. Francisco Weffort também considera que essa heterogeneidade seria uma característica da formação das classes sociais em países periféricos e dependentes como o Brasil, e explica que, “Com respeito ao Brasil, dificilmente se poderia analisar a participação política das classes sociais sem ter em conta a grande

de um conjunto de propostas as quais, integradas entre si, respondessem às demandas dos mais diversos grupos sociais, sintetizando uma via de desenvolvimento ‘almejada’ pelo ‘conjunto da Nação’. Resumindo, o problema é que um rumo definido ainda não havia sido traçado, e, por isso, “*porque esse é um processo de construção de direção, as forças políticas, nesse curso, não expressam de forma orgânica o conjunto das questões que definem vias alternativas de avanço do capitalismo. Se o fizessem, se sob essa forma lograssem unificar os interesses de base e ampliar, sob essas ‘bandeiras’, setores de apoio, poderíamos afirmar já terem alcançado o caráter dirigente. Logram, no máximo, articular setores sociais em torno de questões pontuais*”.<sup>54</sup> Por isso, nenhum dos grupos pode constituir-se como uma “força dirigente”, ou seja, nenhum deles logrou sustentar *politicamente*, no desenrolar da industrialização, a própria via de desenvolvimento como alternativa *histórica*. Destas condições, ou mais precisamente, desta ausência de *direção política* deriva a autonomia do Estado de transição do capitalismo tardio.<sup>55</sup>

Como mencionamos, Sônia Draibe baseia-se nas idéias desenvolvidas por Poulantzas a respeito da natureza do Estado na fase de transição capitalista para apreender alguns aspectos daquela particular autonomia de um Estado, que ao longo da fase de transição capitalista já apresenta certas características do Estado nacional moderno: centralizado, centralizador e unificador dos ‘interesses da nação’. Mas em sua análise considera, sobretudo, que o Estado formado a partir de 1930 no Brasil é específico, já que foi produzido nas condições de uma transição tardia e se enraíza na particular estrutura social, heterogênea e em constante movimentação, que em tais condições configurou-se. Nesse sentido, cabe lembrar, que a industrialização tardia se processa num momento em que o sistema capitalista global, já solidamente constituído, encontra-se na fase monopolista e, então, para que possa ser completada, para que possa ser internalizado todo um padrão produtivo de técnicas bastante avançadas e grandes escalas, o movimento teria de ser mais integrado e concentrado, ou seja, a industrialização ao mesmo tempo em que

---

heterogeneidade interna de cada uma delas. E esta heterogeneidade não é um atributo exclusivo das classes dominantes”. Weffort, F.C. *op. cit.*, p.65.

<sup>54</sup> Draibe, S. *op. cit.*, p. 41.

<sup>55</sup> Distinguindo forças políticas de dirigentes a autora explica: “Penso as forças políticas como os distintos quadros que atuam em aparelhos político-ideológicos: partidos, associações, sindicatos, Igreja, imprensa, burocracias etc. Obviamente a inspiração é de Gramsci e aponta aqui para o exato sentido de compreender um processo de *constituição* de ‘intelectuais orgânicos’, em condição de rigorosa ausência de hegemonia.”, *Idem, ibidem*, grifos da autora.

impunha maior ‘esforço’ para a mobilização dos recursos e certa complementaridade e coordenação entre as etapas do processo, também implicava transformações sociais muito rápidas. Exatamente por isso, quer dizer, porque a estrutura social estava em “*desequilíbrio tendencial*” e as composições políticas eram inconstantes, não houve uma composição de interesses que pudesse fundamentar solidamente o poder deste Estado de transição tardio, quer dizer, um Estado que, em formação, teria de intervir na transformação material não só regulando, coordenando ou induzindo-a por meios indiretos, mas diretamente; daí o fundamento e o poder do ‘Estado empresário’. É nesse sentido que Draibe enfatiza que tanto a autonomia estatal, como sua própria “*ossatura material*”, capitalista e moderna, foram historicamente delimitadas, a partir de um campo de interesses fragmentado e mutante e à medida que as questões do desenvolvimento iam se colocando, também como uma forma de resolvê-las. As implicações disso sobre as funções do Estado e a forma de resolução de conflitos serão objeto do tópico seguinte.

Em resumo, um Estado que, já apresentando certas características do moderno Estado capitalista, estende sua ação para provocar transformações além dos interesses mais imediatos dos grupos até então dominantes, no sentido de desenvolver no Brasil uma sociedade burguesa e industrial; mas que, para fazê-lo nas condições da industrialização tardia, teve de equipar-se com instrumentos de intervenção e financiamento que lhe permitissem atuar diretamente sobre a economia e a sociedade de forma que fosse possível viabilizar e sustentar mudanças muito rápidas. A autora insiste que sob tais condições não existiram quaisquer possibilidades de *compromisso* de equilíbrio mais ou menos duradouro entre os grupos sociais, em constante transformação; daí a autonomia do Estado e, na especial questão da industrialização, a autonomia do Executivo.<sup>56</sup> O Estado de pós-1930 foi

---

<sup>56</sup> Explica a autora: “um tipo de Estado que se enraíza numa estrutura social heterogênea, em *desequilíbrio tendencial*. Um tipo de Estado, portanto, que se erige sobre um conjunto de forças sociais em transformação, não articuladas objetivamente”. Idem, p. 18. Como mencionado, há muitos estudos que enfatizam a heterogeneidade social nesse momento, e também alguns a consideram para explicar o Estado. A idéia do “Estado de compromisso” é utilizada por alguns autores nesse sentido.

Como explica Francisco Weffort, autor que cunhou o termo, autonomia do Estado inaugurado em 1930 tem raízes na debilidade do sistema oligárquico e numa conseqüente crise de hegemonia, pois se considera que, nesse momento e nos decênios posteriores, nenhum dos grupos sociais, mesmo os industriais, esteve em condições de sobrepor-se como força ‘unificadora’ da ordem social. Nessas condições, o chefe de Estado tem poder de arbitrar sobre os interesses dominantes, divergentes e contraditórios, para compatibilizá-los e apresentá-los, como solução de compromisso e equilíbrio, aos setores urbanos das classes subalternas; aliás, sua legitimidade depende da incorporação destas ‘massas’ no processo político e de sua capacidade em manipulá-las, o que também é feito com a atenção a algumas demandas sociais. Em outras palavras, as bases

centralizado, centralizador e unificador, concentrou tarefas, centralizou decisões e absorveu os difusos interesses que se faziam representar politicamente, buscando integrá-los com alguma coerência num movimento de sentido. A forma da transição capitalista no Brasil foi através dele composta, a partir de sua capacidade de absorver os conflitos e dar-lhes sentido, em função da maneira como o fez e da posição que assumiu. “*Nesse sentido – conclui Draibe – o Estado é dirigente. Vale dizer, coloca no limite, além dos horizontes dos interesses dominantes, um projeto de transformação capitalista da economia e da sociedade*”<sup>57</sup>.

#### 4. As especificidades de um Estado de transição tardio

Um Estado dirigente e, por isso, dotado de particular autonomia, conclui Draibe. Autonomia que se fundou na instabilidade dos arranjos políticos, os quais forjados por grupos de interesses não apenas fragmentados e heterogêneos, mas também contraditórios, eram composições momentâneas sobre questões particulares. Então, sustentada pela capacidade do Estado organizá-los, quer dizer, de alguma maneira hierarquizar os interesses e ‘resolver’ as questões para que, em conjunto, indicassem um sentido. Faria isso através dos ‘planos nacionais’ e, de acordo com estes, a partir de seus órgãos técnicos e instituições ou, enfim, de seu aparelho burocrático-administrativo, quer seja priorizando

---

do poder do Estado são ampliadas, o que define, no “Estado de compromisso”, um tipo peculiar de ‘democracia de massas’, da qual as ‘práticas populistas’ seriam a exata expressão. Como sintetiza Weffort: o “Estado de compromisso é ao mesmo tempo um Estado de massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos da classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular”. Cf. Weffort, F.C. *op. cit.*, p. 63. Draibe aceita a idéia no sentido em que ressalta a crescente importância das massas no jogo político; mas critica-a, dizendo que “esbarra em dificuldades, quando se examinam mais de perto as relações entre ação industrializante do estado e o conjunto heterogêneo de interesses sociais” e “não permite a compreensão da especificidade da organização e expressão política dos interesses, na ausência de sólidas vinculações sociais nacionalmente estruturadas e na impossibilidade da conformação de alianças estáveis, dirigidas politicamente por qualquer fração burguesa”. Cf. Draibe, S. *op. cit.*, p. 20-24. Para resumir o debate: o Estado de compromisso funda-se num equilíbrio entre as forças sociais e permite espaço para ação arbitral do Estado, da presidência, a qual é responsável pela manutenção do ‘compromisso’, ou seja, pela garantia de um certo *status quo*. Segundo Draibe, ao contrário, a particular autonomia do Estado está fundamentada, principalmente, na instabilidade das forças políticas e na ausência de qualquer possibilidade de equilíbrio entre os interesses. Nesse sentido, cria de um quadro insustentável no qual, como veremos, a ação da presidência atua também como uma força política, mas como força determinante, que hierarquiza e unifica os interesses. A idéia é que a transição é uma fase de crise crônica e desembocará num novo arranjo social.

<sup>57</sup> Draibe, S. *op. cit.*, p.44.

alguns grupos, ou mesmo, sobre outros, omitindo-se. Resumindo, uma autonomia particular porque fundada na ausência de um grupo social dirigente, que ganhava substância através do aparelho estatal e legitimidade por ser exercida em nome do ‘interesse do conjunto da Nação’. Contudo, como este aparelho estava em constituição e transformação, também se fazia, quer dizer, também se constituía e transformava *para* o exercício da ação estatal quando, ao serem encaminhadas as questões da transição, isso fosse necessário ou, para tal, houvesse ‘espaço’. Dessa forma, obviamente, o Estado contou com maior autonomia quanto mais a expansão de seu aparelho burocrático-administrativo permitiu-lhe intervir diretamente na metamorfose social em curso, como muito especialmente aconteceu no caso particular da industrialização. Mas, ainda além, uma vez que sua constituição não só acompanhou e respondeu ao conjunto das transformações, como também as dirigiu, essa relativa ‘independência’ pôde, em certa medida e dentro de certas condições, reproduzir-se e expandir-se através e a partir do próprio Estado.

Feita essa primeira aproximação sobre as condições que produziram e possibilitaram a “particular autonomia” com a qual contou o Estado brasileiro ao longo da última fase da transição capitalista, cabe agora melhor qualificá-la, elucidar seus limites e conseqüências, formas de reprodução e legitimidade. Um primeiro ponto a ser esclarecido diz respeito à determinação do sentido do desenvolvimento, ou mais precisamente, à forma como as forças políticas do período em estudo delimitavam seu campo de embate. Como visto, esse campo era instável, já que constituído por grupos políticos incapazes de compor e sustentar um arranjo amplo. Entretanto, Draibe enfatiza, tais forças, apesar de muito restritas e mutáveis, “*não eram socialmente indeterminadas, e isso num sentido muito preciso: o dos conteúdos com que atuavam na luta política, mais ou menos próximos dos setores sociais estratégicos*”.<sup>58</sup> Moviam-se politicamente, portanto, nos limites daquele “*campo social heterogêneo conformado entre os pólos ‘conservadores’ e ‘moderados’, ou entre setores ‘moderados’ e ‘nacional populares’*. E, ainda assim, no movimento de transformação em curso, podendo aproximar-se mais ou menos dos pólos fundamentais, em torno das questões políticas específicas”.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> Idem, p. 42.

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*.

Nessas considerações, encontramos um dos limites à autonomia do Estado. Exatamente, esta se fez válida e legítima, apenas porque fundada e delimitada por aquelas forças políticas que eram expressão da estrutura social. Isso quer dizer, deve-se ressaltar, que o *sentido* da ação estatal foi configurado a partir do espaço “politicamente determinado” pelas correlações compostas por tais grupos.<sup>60</sup> Em outros termos, esse sentido ia sendo construído pelos conflitos políticos, já que as questões e os interesses envolvidos seriam organizados e hierarquizados nas estruturas estatais de acordo com a formulação das correlações a cada momento: pela posição que assumiam frente às questões, bem como pela capacidade de pressão e disputa com que contavam em cada particular questão. Como sintetiza a autora, *“Uma autonomia que não era nem plena nem absoluta: enraizava-se numa multiplicidade de forças políticas heterogêneas, mas que tinham um sentido social e expressavam relações de poder definidas na luta política. Assim, se a heterogeneidade e a incapacidade hegemônica das classes sociais fundaram a autonomia do Estado, as correlações instáveis de forças definidas no campo da luta política demarcavam não apenas os limites em que se exercia esta ação autônoma como o sentido que ela haveria de ter”*.<sup>61</sup>

Ainda se deve também notar que os graus de liberdade da ação estatal eram ‘conquistados’ a cada momento e ao longo das disputas sobre cada questão, dependendo de sua própria ‘habilidade’ para “reequilibrar” os interesses fracionários e heterogêneos sem ultrapassar as fronteiras dadas, no limite, pelos “pólos estratégicos”. Como entende a autora, mais precisamente, uma ‘habilidade’ que cabia ao núcleo político dirigente e, em particular, ao presidente. Sendo assim, o sentido da ação autônoma do Estado estava, em última instância, sob responsabilidade do Executivo, o qual, então, move-se no campo político também como *“uma força política e o espaço de sua atuação ‘independente’ era politicamente determinado pelo campo de forças políticas que lhe davam sustentação”*.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> Sobre o sentido da ação estatal, esclarece Draibe: “dizia respeito aos interesses presentes e às questões da revolução burguesa em curso. O sentido da ação estatal dizia respeito a uma forma determinada de hierarquizar interesses sociais, ao definir e articular de um certo modo as várias questões – até mesmo por omissão- através de seus planos e políticas. (...), o grau de liberdade que dispunha para fazê-lo referia-se às mutantes correlações de forças que se constituíram na política, assim como, aos limites que estas lhe impunham.”, Idem, p. 43.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem* - grifos da autora.

<sup>62</sup> Idem, p. 44. De acordo com a autora: “A Presidência, cuja ação ‘autônoma’ e dirigente se funda num equilíbrio político instável, é que estabelece a unidade da política econômica – o plano de desenvolvimento,

Enfim, autonomia que se reproduzia porque, dentro destes limites específicos, cabia ao Estado, e particularmente ao Executivo, usá-la para reequacionar, a sua maneira, os interesses do momento e, unificando-os em seus projetos de caráter universal e transfigurando-os em vontade nacional, poder atendê-los.<sup>63</sup>

Ademais, há um outro limite. Este tem a ver ainda com o mecanismo de reprodução da autonomia, mas, mais precisamente, com seu reflexo sobre a constituição das estruturas do Estado. Em outras palavras, está relacionado à “estatização das relações econômicas”. Como dito, os interesses dos grupos sociais, transformados politicamente, adquiriam materialidade nas estruturas do Estado e o atravessavam, integrando-se e interferindo, assim, às medidas e políticas governamentais, as quais adquirem dimensão especial quando mais diretamente e diferenciadamente alcançam os setores econômicos. Nesse sentido, foram criados órgãos de planejamento e regulação da atividade econômica, geral e setorial, bem como mecanismos de política para, interferindo na lucratividade e na distribuição da renda, incentivar uma ou outra área de atividade em detrimento de outras, fortalecer uma ou outra classe, além de instituições, autarquias e empresas estatais capazes de atuar diretamente na produção econômica ou representar interesses de setores específicos ou de classe na definição daquelas políticas. E a criação deste específico aparelho, se possibilitava uma grande capacidade de intervenção num momento em que o Estado era a própria força dirigente, constituía também forma social e politicamente determinada de resolução de conflitos, portanto, se concretizava e cristalizava àquela particular autonomia, também servia ao atendimento de certos interesses e reproduzia as formas prevaletentes de dominação.

De modo geral, portanto, o alcance dos planos nacionais e mecanismos universalizantes não poderia desestabilizar aquele sentido social e politicamente configurado. Isso não quer dizer que a ação estatal não interferiu sobre as correlações de força ao dar encaminhamento às questões, ao hierarquizá-las de uma certa maneira priorizando uns interesses sobre outros. Alterou-as principalmente porque conduzia suas

---

ou, em outros termos, uma dada articulação de interesses objetivos em torno das questões colocadas pela industrialização”, p.53.

<sup>63</sup> Diz a autora: “o mecanismo político de reprodução da autonomia do Estado manifesta-se exatamente na sua capacidade de atendimento – através de suas políticas-, de interesses múltiplos, heterogêneos, ao ‘reequilibrar’, dentro de suas estruturas, interesses sociais tendencialmente desequilibrados. Nas suas funções

ações no sentido de dar continuidade ao processo de industrialização, porque ao impulsioná-lo, através de suas políticas econômicas, ou diretamente concretizá-lo, nos projetos de investimento público, interferia, obviamente, sobre as bases de sustentação econômica dos vários setores, enfraquecendo o poder econômico e político dos grupos mercantil-exportadores, antes dominantes, frente aos interesses industriais.<sup>64</sup> Contudo, não desestabilizou o campo das disputa políticas, como estruturado a cada momento, pois a partir dele se definia e, assim, se legitimava. Por exemplo, o Estado encontrou limites para estender sua ação sobre os poderes locais, universalizar suas políticas ou colocá-las em prática, inclusive porque uma de suas principais deficiências, segundo a autora, esteve em ampliar a base fiscal e conquistar maior legitimidade no planejamento destas políticas. Nesse sentido, também dependia do encaminhamento do processo de industrialização - das novas correlações por ele engendradas-, para que pudesse, em maior ou menor medida, flexibilizar tais limites. Em outras palavras, estes eram delimitados nos vários planos da disputa de classe e, portanto, também mais ou menos claros ou flexíveis dependendo da conformação sócio-econômica dos grupos sociais e, em particular, da correlação de forças política de cada momento. Ademais, deveria atender aos interesses não aleatoriamente, mas os incorporando, hierarquizando e organizando no sentido da industrialização. Resumindo: a *“autonomia era limitada, em duplo sentido. Em primeiro lugar, porque a constituição material do Estado reproduzia objetivamente as formas prevalecentes de dominação. Em segundo lugar, porque a ação estatal estava longe de ser um mero somatório de atendimento dos setores particulares. Era dotada de sentido”*<sup>65</sup>.

Dentro destes limites a ação do Estado definiu-se com uma “particular autonomia”, própria a um Estado de transição, ou seja, constituiu uma ação dirigente. Mas, mais ainda, a incorporação, já nesta fase da industrialização, das formas modernas de resolução produziu uma específica forma de autonomia: uma “ação econômica dirigente”.<sup>66</sup> Em outras palavras, a “ossatura material” do Estado brasileiro propriamente capitalista, ou seja, um

---

de árbitro, de regulador de relações, o Estado eleva-se acima dos interesses imediatos e reafirma sua relativa independência, legitimando seu poder ao dar caráter geral e universal a suas políticas”, Idem, p. 43.

<sup>64</sup> “Mas ao se exercer, como direção, a ação estatal altera as correlações de forças. Altera-as quando, ampliando-se como aparelho de regulação e intervenção, atua na atividade econômica e encaminha soluções às questões econômicas e sociais da industrialização, impulsionando o processo de transformação capitalista (...)”, nas palavras da autora, Idem, p. 45.

<sup>65</sup> Idem, p. 43. – grifos da autora.

<sup>66</sup> Idem, p. 44.

aparelho burocrático-administrativo moderno, centralizado e centralizador, que seleciona seus quadros por meritocracia e organiza seus mecanismos e instituições a partir da idéia de eficiência e universalidade, adquiria, ao passo em que era constituído, meios para intervir e regular sobre a vida econômica e social de maneira cada vez mais abrangente. Mas, particularmente, meios para intervir, coordenar e regular a atividade econômica que tiveram extensão e intensidade proporcionais ao esforço necessário para continuar um processo tardio de industrialização. E isso significa, como bastante enfatizado, um processo de transformação estrutural das condições de acumulação num ritmo relativamente acelerado, de forma que, resume Draibe: *“é, pois, sobre uma base de interesses econômicos fragmentada, sem hierarquização, isto é, sem predomínio objetivamente estabelecido (neste sentido heterogênea), que se exerce a estatização e a politização das relações econômicas de classe”*.<sup>67</sup>

Então, exatamente por esta condição de transição tanto a forma de resolução de conflitos, quanto a própria estruturação da acumulação capitalista adquirem dimensão específica. Mais precisamente, à medida que prosseguia a centralização, as políticas e instrumentos do aparelho econômico, para atender a transformações progressivamente mais amplas e, principalmente, mais concentradas no tempo, tornavam-se cada vez mais integrados e interdependentes. E, naquelas condições, esse processo produziu uma situação de confronto generalizado e permanente entre os interesses representados no aparelho estatal, quer dizer, a politização da luta econômica torna-se muito mais aguda. Como explica Draibe, porque grande parte das relações econômicas era regulada, a política em uma área, inevitavelmente, interferia sobre as condições objetivas das demais (lucratividade, rendimento, competitividade) e, dessa forma, a ‘disputa institucional’ acabava extrapolando o âmbito das medidas próprias à cada aparelho e atingia uma *“outra instância de manifestação, a do conjunto dos interesses inscritos no corpo do Estado”*.<sup>68</sup> Daí o “espaço” para aquela ação econômica do Estado: uma ação portadora de um projeto de industrialização, portanto, com sentido social e politicamente determinado, mas que, definida também num Estado de constituição tardia, tomava forma última quando “filtrada”

---

<sup>67</sup> Idem, p. 52.

<sup>68</sup> Idem, p. 51.

pelos “interesses econômicos do Estado”.<sup>69</sup> Em outras palavras, este é o significado do papel unificador da política de Estado ou, como coloca a autora: “*é, exatamente, o espaço do exercício da autonomia do Estado e uma das expressões de seu papel dirigente. Isto é, a definição de um projeto econômico e social para a sociedade e, portanto, a conformação da unidade da política econômica e social*”.<sup>70</sup> Nesse sentido, a formação das estruturas estatais modernas tornava-se um condicionante indissociável do desenvolvimento capitalista e ‘amarrando-o’ ao Estado produzia, conseqüentemente, “*uma tendência permanente ao reforço da centralização do comando*”.<sup>71</sup>

A questão é que as bases da acumulação e da concorrência tipicamente capitalistas – aquelas fundadas sobre o capital industrial-, ainda se formavam, enquanto, por outro lado, foram desestabilizadas e, ao longo destes trinta anos de transição, corroíam-se as condições que, no período anterior, haviam sustentado a dinâmica exportadora e a hegemonia destes interesses. Em outras palavras, nesta fase de transição capitalista, há uma “ausência de auto-regulação da economia”, a qual também se refletiu sobre o poder político e as formas de condução política do processo.<sup>72</sup> Nesse contexto, como acima explicado, a centralização proporcionava à ação do Estado um alcance e um poder determinantes, ou seja, a forma e o sentido para os quais o ‘equacionamento’ das questões da transição capitalista aponta passam a estar ligados mais diretamente às transformações e ao acesso ao aparelho estatal. E é por isso que os técnicos e administradores dos órgãos, instituições e empresas públicas assumem também um papel central. Segundo Draibe, porque nesse quadro em que os interesses econômicos não são previamente hierarquizados e regulados pela concorrência de mercado ou, tampouco, expressos politicamente numa articulação mais ampla e duradoura, a burocracia é indispensável para constituí-los corporativamente.<sup>73</sup> Isto é, constitui também uma força política nas disputas internas ao aparelho de Estado e uma

---

<sup>69</sup> Segundo esclarece a autora: “Os *interesses econômicos do Estado*, bem entendido, são constituídos pelos conjuntos dos conflitos particulares transformados politicamente, isto é, sujeitos a uma hierarquização imprimida pela direção política do Estado”, Idem, p. 51.

<sup>70</sup> Idem, *ibidem* - grifos da autora.

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>72</sup> Idem, p. 52.

<sup>73</sup> Nas palavras da autora: “dadas as características da etapa que estamos considerando, a existência dos vários órgãos econômicos e a ação da burocracia eram indispensáveis para a plena constituição dos interesses econômico corporativos, isto é, para a superação tanto da heterogeneidade e fragmentação objetiva que os caracterizavam, quanto da forma localizada e particularizada através da qual se inseriam no aparelho, reproduzindo-se a fragmentação”. Idem, p. 53.

força estratégica, já que a interdependência e complexidade dos projetos e medidas envolvidos numa industrialização de características tardia permitem-lhe um conhecimento especializado num meio em que a generalizada politização das relações econômicas acentua o caráter político das medidas ‘técnicas’.

Contudo, como já mencionado, o papel dirigente, ou seja, as responsabilidades e liberdades com respeito ao estabelecimento de uma política econômica unificada e um projeto de desenvolvimento nacional foram atribuições ao alcance apenas do Executivo e, particularmente, da presidência. E isso até mesmo porque os próprios quadros burocráticos, setorialmente divididos, incorporam o conjunto de interesses mais restrito das alianças conjunturais que articulam e representam. Concluindo, Draibe esclarece: *“A unificação da própria burocracia – a superação mínima de sua fragmentação política e seu alinhamento em torno das diretrizes do plano – é também um aspecto da ação unificadora da Presidência. Como também o é a própria ‘mobilização’ da capacidade de iniciativa e eficiência dos setores técnicos do Estado”*.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> Idem, p. 54.

## Conclusão.

### Rumos e metamorfoses do Estado brasileiro em constituição

Em *Rumos e Metamorfoses*, Sônia Draibe conclui uma interpretação sobre o processo de constituição do Estado capitalista moderno no Brasil. Como dito, processo que, para a autora, encerra, a expressão ‘política’ de um movimento mais amplo de transição capitalista, o qual sendo, determinado, em última instância, pelas possibilidades históricas de aprofundamento das relações sociais capitalistas, ou seja, de desenvolvimento do padrão de acumulação industrial, perpassa todos os demais planos da vida social. A partir deste pressuposto analítico, que lhe permite identificar o *sentido* geral do movimento social, a autora buscou apreender, por um lado, as características capitalistas do Estado já nesta fase de transição e, por outro, as marcas que um desenvolvimento tardio imprimem na constituição e no próprio Estado brasileiro. Neste ponto já está em destaque uma ênfase sobre a historicidade do desenvolvimento analisado: específico porque tardio, engendrado num momento histórico diferente daquele em que os países centrais se desenvolveram. Mas ainda além, cabe lembrar que a perspectiva analítica adotada privilegia os determinantes endógenos do desenvolvimento capitalista, isto é, entende que a *forma* concreta e particular deste processo é socialmente determinada: moldada a partir das forças sociais em disputa e, mais exatamente, pela capacidade delas expressarem-se politicamente. Nesse sentido, as questões da revolução burguesa são definidas a partir da estruturação do campo da luta política de classe e ‘resolvidas’ de acordo com o desenrolar dos embates aí travados; e, por ser uma destas, assim é encaminhada a constituição do Estado no período da transição - a conformação do espaço do político em relação ao espaço do econômico, quer dizer, como esta interação se expressa na autonomia do Estado frente às forças sociais, por um lado, e no aparelho burocrático-administrativo, por outro.

Por meio destas considerações, a autora atenta para a periodização do processo de formação do Estado capitalista brasileiro, sobre o qual insiste: um movimento não linear, e descontínuo. Isso significa – e por isso é importante enfatizá-lo-, que em sua interpretação a centralização e a unificação do Estado não desdobram ‘automaticamente’ do desenvolvimento capitalista – “*de impulsos automáticos decorrentes de ‘requerimento’ da*

*acumulação capitalista*”-, nem resultam da ação intencional dos quadros da burocracia – “identificada com o próprio movimento de ‘construção’ do Estado nacional, ou simplesmente interessada na manutenção e expansão dos seus interesses e privilégios”.<sup>75</sup> Os ‘traços’ modernos que já aparecem neste Estado não foram incorporados, todos, num único momento, tampouco de modo progressivo ou pleno, ao contrário; o ritmo e a forma desse movimento são entendidos como a expressão da “ação histórica concreta dos setores sociais em conflito, nos distintos e sucessivos ‘equilíbrios do poder’ de forças políticas heterogêneas. Os limites deste processo se enraízam e se movem em quadros sociais e políticos precisos”.<sup>76</sup> Portanto, se aqueles ‘traços’ indicam já o sentido mais geral que seguia a estruturação do aparelho burocrático, consistem também e, sobretudo, na especificidade deste Estado de transição tardio: uma transição que condensa num espaço de tempo relativamente curto todo o conjunto de questões da revolução burguesa e que acaba sobrepondo, em cada um dos planos –econômico, político, social e cultural-, problemas de diversa natureza. Nesse sentido: “o caso brasileiro mostra sua especificidade no fato de que aqui o ‘Estado de transição’ avança seu processo avança seu processo de transformação em Estado capitalista e burguês sob formas estruturais e instituições capitalistas e burguesas ‘avançadas’”.<sup>77</sup> E, portanto, o ‘esforço’ no processo de constituição do Estado aparece tão grande como o da industrialização tardia, antes referido. Segundo a argumentação, “o Estado brasileiro no pós-30 enfrenta ainda e ao mesmo tempo desde problemas de definição de soberania e de construção do poder unificado, até formas de enquadramento político-institucional do proletariado emergente, numa fase que é também a da constituição do ‘capitalismo industrial’”.<sup>78</sup>

Com base na análise que faz da estruturação do aparelho econômico – expressão material do caráter dirigente do Estado nesta fase específica-, e seguindo as etapas da industrialização identificadas n’*O capitalismo tardio*, Draibe sugere dois momentos do Estado de transição. Um primeiro de 1930 a 1945, momento que coincide com o início da fase de industrialização restringida e no qual as estruturas fundamentais do aparelho econômico moderno são gestadas, marcando a alteração substancial do padrão de resolução

---

<sup>75</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>76</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>77</sup> Idem, p. 34-137.

<sup>78</sup> Idem, p. 63.

de conflitos. Concretamente, identifica: “Ao término do Estado Novo estavam sobre a órbita estatal de atuação um relativo controle da moeda e do crédito, o comércio externo, a gestão da força de trabalho e os salários, além de uma estrutura tributária em transformação, o que conferia ao Estado a possibilidade de afetar todos os preços fundamentais da economia”, além do que já avançara e se aprofundava a ação estatal ‘empresária’.<sup>79</sup> Contudo, Draibe entende o ‘intervencionismo’ de até então como, simultaneamente, amplo e limitado. Explico: amplo em relação às ações e tarefas que couberam a outros Estados ainda em constituição, mas restrito se visto em comparação às ‘responsabilidades’ postas ao Estado no desenvolvimento tardio. Principalmente, os limites deste aparelho estavam em dois pontos nodais para o ‘equacionamento’ das questões da industrialização: o controle e abrangência dos mecanismos de financiamento – público e de crédito privado - e a centralização política e administrativa das decisões e estratégias de planejamento. Ademais, estes limites alcançaram outras áreas, como, por exemplo, a social, na qual se expressam pela implantação de um aparelho social restrito nesta primeira fase que, em outro trabalho, Draibe identifica como a da implantação do welfare-state no Brasil.<sup>80</sup>

Ao longo da década de 1950, argumenta a autora, com o prosseguimento da industrialização e o conseqüente fortalecimento dos interesses do capital industrial, tais limites tornam-se, progressivamente, mais agudos e as formas utilizadas para contorná-los já prenunciam o novo tipo de relação entre Estado e sociedade que viria marcar o início do “capitalismo monopolista” no Brasil. Já no segundo governo Vargas (1950-54), a maior intervenção do Estado nas atividades econômicas, coordenando, planejando e atuando no processo de industrialização, ou enfim, dando garantias e suportes ao investimento privado, aponta nesse sentido e conclui as pré-condições da fase seguinte da industrialização. Dentre as novas questões que surgem como condição à industrialização pesada, Draibe ressalta, novamente, os limites da base fiscal e, mais amplamente, do sistema financeiro privado e público no que diz respeito ao poder estatal sobre a regulação e coordenação das formas de financiamento, mas também o papel do Estado como negociador com o capital estrangeiro. Nesse sentido, “foram colocadas as questões e as soluções de encaminhamento,

---

<sup>79</sup> Idem, p. 131 – grifos da autora. Sobre essa ação empresária o mais expressivo exemplo está na construção da CSN, mas também já havia investimentos em projetos de transportes.

<sup>80</sup> Cf. Draibe, S. e Aureliano, L. *op. cit.*, especialmente, capítulo 2.

*antecipando as características atuais do Estado brasileiro, (...): a forma e o alto grau de inserção econômica do Estado, a conformação dos interesses sociais no interior do organismo estatal, o modo objetivo de dominação que este assume e expressa. Avançando no caminho definido no início dos anos 1950, o governo JK revelaria os limites extremos que ainda teriam de ser ultrapassados”.*<sup>81</sup>

Entre 1955 e 1961, completa-se a fase da industrialização pesada e, por fim, segundo a interpretação da crítica à economia política da Cepal, a plena constituição do padrão de acumulação tipicamente capitalista: “*O capitalismo monopolista de Estado se instaura, no Brasil, ao término do período Juscelino Kubitschek, que marca a última fase da industrialização. Isto porque só então são constituídas integralmente as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital, cristalizadas no estabelecimento de relações entre os departamentos de bens de produção, bens de consumo assalariado e bens de consumo capitalista, o que impõe uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação. A partir daí, então, a acumulação de capital só encontra as barreiras colocadas por ela mesma*”.<sup>82</sup> Na problemática d’*O capitalismo tardio*, portanto, isso significa que, desde então, já estariam dadas as condições para o encerramento da fase de transição, ou seja, para a implantação da hegemonia do capital monopolista no país e, portanto, as bases da autonomia do Estado brasileiro em suas relações com o exterior.

Sendo assim, uma vez formadas estas condições estruturais, Draibe relaciona: “*Comparada ao avanço atingido pela estrutura industrial e pela organização monopólica, a estrutura estatal torna-se acanhada, estreita e desequilibrada*”.<sup>83</sup> Em outras palavras, a superação daqueles limites, que com o governo JK ‘foram levados ao extremo’, implicava uma nova forma de estruturação do sistema de poder, quer dizer, uma transformação no próprio caráter Estado, o que, de fato, ocorreu “*após o esgotamento das condições políticas*

---

<sup>81</sup> Idem, p. 214. Sobre isso, o mais significativo exemplo está na alteração das formas de representação dos interesses, o que deixou de ser feito prioritariamente pelos órgãos patronais através da estrutura sindical oficial ou de representantes hierarquicamente superiores e, crescentemente tomou a forma de uma representação funcional específica, por ramos de produção ou de produtos similares. Como explica: “O esboço de uma nova forma surgiu ao se oficializar a representação não oficial nas comissões subcomissões responsáveis pelos estudos de criação e implementação de setores econômicos novos: seria tipicamente uma articulação direta entre setores burocráticos do Estado e empresários com interesses objetivos nos projetos em pauta”. Idem, p. 225.

<sup>82</sup> Cardoso de Mello e L.G.M. Belluzzo. “Reflexões sobre a crise atual”. In: Belluzzo, L.G.M., R.Coutinho (Org.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise*. Campinas: Unicamp IE, 1998, vol.1, p. 164.

<sup>83</sup> Draibe, S. *op. cit.*, p. 247.

*que prevaleceram até 1964*”;<sup>84</sup> momento este que, na análise em questão, delimita o fim do processo de revolução burguesa no Brasil e o início do que seria a fase de consolidação do capital monopolista, de seu poder e do Estado em sua forma tipicamente capitalista.

O Golpe de 1964 é o marco da constituição do Estado capitalista moderno no Brasil, mesmo sendo não democrático. Segundo defende a autora, o Estado autoritário de pós-1964, pelo caráter de suas estruturas, não poderia deixar de ser identificado ao moderno Estado da fase monopolista do capital. Novamente, a essência desta discussão está relacionada à perspectiva através da qual são analisados os processos de transformação da sociedade, mais precisamente, ao entendimento que se tem da interação e correspondência que existe entre os planos da vida social. Isso porque a autora atenta, como o fez ao interpretar o significado da revolução de 1930, para a correlação entre as transformações econômicas e políticas, ou seja, a transformação fundamental do aparelho burocrático-administrativo estatal que ‘acompanharia’, neste caso, as possibilidades estruturais postas para o desenvolvimento da acumulação capitalista sob a hegemonia do capital financeiro. Analisando toda a história da constituição do Estado no Brasil, Draibe conclui, nesse sentido, que *“há um longo, secular processo de formação do Estado nacional, capitalista e burguês no Brasil. É verdade que se estende no tempo o movimento de aquisição de suas estruturas unificadas, unificadoras, de organização e condensação do poder. Mas também é certo que esse processo se faz sobre formas particulares que, por sua vez, estão referidas à natureza do campo de lutas sociais e políticas, em torno de questões concretas colocadas a cada momento pelo desenvolvimento econômico e social; enfim, é num movimento simultâneo que se constituem as forças sociais, o capitalismo e o ‘Estado nacional moderno’”*.<sup>85</sup>

Em resumo, 1964 marca a estruturação de um outro padrão de dominação: um Estado centralizado e centralizador, atravessado pelos interesses dos vários grupos que se constitui como o *locus*, por excelência, das lutas de classes e, portanto, em Estado unificador da ‘vontade nacional’, veículo de conformação e estruturação dos interesses da

---

<sup>84</sup> Idem, “Entre 1951 e 1954 já se sentia o problema da inadequação do aparelho estatal às tarefas que nasciam do projeto industrializante do próprio Estado. Essa questão foi enfrentada, mas não foi resolvida. A obsolescência do aparelho econômico do Estado atingiria seus limites no momento imediatamente posterior – o da industrialização pesada –, e sua superação só ocorreu após o esgotamento das condições políticas que prevaleceram até 1964”, p. 213.

<sup>85</sup> Idem, p. 258.

sociedade burguesa.<sup>86</sup> O que não implica, e muito pelo contrário como já enfatizado, que as formas de atenção dos interesses devam ser exatamente idênticas as dos países desenvolvidos, até mesmo também porque, o capitalismo monopolista no Brasil tem especificidades. Com relação à forma da acumulação nesta fase, sintetizam Cardoso de Mello e Belluzzo: “*Há que ressaltar três traços que lhe conferem especificidade: a importância crucial do setor produtivo estatal, a profundidade do processo de internacionalização do sistema produtivo e a extensão do controle do Estado sobre o processo de acumulação*”.<sup>87</sup> Mas, no que diz respeito às formas de dominação, o autoritarismo é, de acordo com Sônia Draibe, a especificidade do Estado moderno e capitalista brasileiro. Enfim, um Estado moldado pelas especificidades da transição tardia no Brasil, isto é, do desenvolvimento das relações sociais capitalistas nestas condições, mas também pela forma como as forças sociais de nossa sociedade se expressam e se transformam no bojo das disputas políticas.

---

<sup>86</sup> Por exemplo, é nesse sentido que a autora avalia a construção da área social Estado brasileiro ainda na fase de transição: “(...), *do ponto de vista da constituição de um Estado capitalista*, a montagem dos aparelhos sociais expressa um grau maior de amadurecimento de suas estruturas. Estabelece-se uma modalidade de inserção subordinada e controlada dos interesses subalternos no âmbito do Estado, constituindo e reforçando as estruturas capitalistas de dominação. Mas se esse é um aspecto da constituição das estruturas burguesas, não há que desprezar a sua outra face – a de que não apenas se respondeu às pressões oriundas da luta social, como também se inscreveu a presença dos interesses e demandas dos setores subalternos nas agências estatais, (...). O *sentido* das políticas sociais dependeria de correlações de forças e condições de luta política determinadas”. Idem, p. 76 – grifos da autora. Já, em trabalho posterior dedicado à análise específica do aparelho social do Estado brasileiro, a autora identifica-o, por seus mecanismos de estruturação – coordenação e inter-relação com o aparelho econômico-, ao “Estado de bem estar social”. Segundo Draibe e Aureliano, o “welfare state” nacional foi introduzido de forma fragmentada e seletiva entre 1930-60 e expandido e consolidado após 1964, contudo, um “welfare state” de caráter “meritocrático-particularista”, porque sua própria constituição teve por base mecanismos que regulavam o acesso à proteção social e, principalmente, porque o aprofundamento do processo de regulação social seria “um resultado da luta política”. Cf. Draibe, S. e Aureliano, L. *op. cit.*, especialmente capítulo 2.

<sup>87</sup> Cardoso de Mello e L.G.M. Belluzzo. “Reflexões sobre a crise atual”. In: Belluzzo, L.G.M., R.Coutinho (Org.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise*. Campinas: Unicamp IE, 1998, vol.1, p. 165.

## **Referências Bibliográficas**

- Belluzzo, Luiz G. M. e L. Coutinho. “Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise, 1929-1974”. In: Belluzzo, L.G.M., R.Coutinho (Org.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise*. Campinas: Unicamp IE, 1998, vol.1. (30 Anos de economia – UNICAMP, 9).
- Carvalho, J.M. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.
- Cardoso, F.H. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Rio de Janeiro e São Paulo: Difel/Difusão editorial S.A, 1977.
- \_\_\_\_\_. “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira”. In: C. Furtado (Org.), *Brasil – tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Cardoso de Mello, J.M. *O capitalismo tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas: Unicamp. IE, 1998. (30 Anos de economia – UNICAMP, 4).
- \_\_\_\_\_. e L.G.M. Belluzzo. “Reflexões sobre a crise atual”.
- Del Roio, M. “Teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo”. In: J.Q.Moraes e M.Del Roio (organizadores). *História do marxismo no Brasil (visões do Brasil)*, vol. 4. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- Diniz, E. “O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes”. In: B. Fausto (coordenação), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano - vol. 3º: sociedade e política (1930-1964).
- Draibe, S. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 19030- 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. & Aureliano, L. “A especificidade do Welfare State Brasileiro”. In: *BRASIL Economia e Desenvolvimento*, nº 3, vol.I. Reflexões sobre a natureza do bem-estar. Brasília: MPS/CEPAL, 1989.
- Fausto, B. *A revolução de 1930 (história e historiografia)*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- Furtado, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- Ianni, O. *O ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975
- Lessa, C. e S. Dain. “Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento”. In: Belluzzo, L.G.M., R.Coutinho (Org.), *Desenvolvimento*

- capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise*. Campinas: Unicamp IE, 1998, vol.1. (30 Anos de economia – UNICAMP, 9).
- Martins, L. *Pouvoir et Développement Économique – formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: éditions anthropos, 1976.
- \_\_\_\_\_. “A Revolução de 1930 e seu significado Político”, in: *A Revolução de 1930: Seminário Internacional*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1984.
- Oliveira, C.A.B. *O processo de Industrialização - Do capitalismo primário ao atrasado*. Campinas: UNICAMP (tese de doutorado, mimeo), 1985.
- Poulantzas, N. *Poder Político e Classes Sociais*, São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O Estado, o Poder, o Socialismo*, Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- Saes, D. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Weffort, F.C. “O populismo na política brasileira”. In: C. Furtado (Org.). *Brasil – tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

## **Resumo**

O objetivo central deste estudo monográfico é entender a interpretação que fez a crítica à economia política da Cepal sobre o processo de constituição do Estado capitalista no Brasil e, numa perspectiva mais ampla, como essa visão posicionou-se em relação à temática da revolução burguesa no Brasil. Para isso, o presente trabalho constitui uma leitura da análise que Sônia Draibe fez sobre o tema em *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 19030-1960*.

**Palavras-Chave:** Brasil – Estado e Desenvolvimento: 1930-1960; Sônia Draibe – Rumos e Metamorfoses; Brasil – Estado e Classes sociais: 1930-60.